



## INTERNATIONAL POLICE ASSOCIATION BRASIL SECTION - IPA BRASIL

### DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Joel Zarpellon Mazo  
1º Vice Presidente: Ernesto Pedrina Licursi  
2º Vice Presidente: Cacildo Oliveira Diogo  
Secretária Geral: Iris Claudine Silva Vianna  
Primeiro-Secretário: Francisco de Assis Sena  
Tesoureiro Geral: Antonio Vandir de Freitas Lima  
Primeiro Tesoureiro: Jorge Sallaberry Vianna  
Diretor de Relações Externas: Jooziel de Melo Freire  
Diretor de Assuntos Culturais: Ademir Rodrigues Pereira Júnior  
Diretor de Assuntos Profissionais: Coraci Ricardo Fernandes Vieira  
Diretor de Assuntos Sociais: Heloisa de Fátima Souza Menezes

### CONSELHO DE ÉTICA:

Conselheiro: Daniel de Oliveira Santos  
Conselheira: Renata Barros de Lima Moura  
Conselheiro: Jeovane Andrade de Azevedo  
Conselheiro: Henrique Millani Lopes

### CONSELHO FISCAL DA IPA BRASIL:

Membro Efetivo: Paulo Licht de Oliveira  
Membro efetivo: João Carlos da Luz Diogo  
Membro Suplente: Antonio Bento Miranda  
Membro Suplente: Antonio Paulo Fonseca Elia  
Membro Suplente: Almir Sabino Bispo

Edição Nacional e Internacional | Idioma Português e Inglês  
Periodicidade: Semestral

### EDITORIAL:

Coordenação Editorial: NAIARA AUAD MAÇAL  
Arte e Editoração: JAIME ARBUÉS CARNEIRO FILHO  
Diretor Geral: JOEL ZARPELLON MAZO  
Jornalismo e Fotografia: IPA BRASIL  
Administração e Publicidade: IPA BRASIL  
Departamento Jurídico: ACOSTA & ASSOCIADOS S/S  
(61) 3328-6960 / 3328-1302

### CAPILARIDADE



### SEDE:

Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02 – Bloco J – Mezanino do Hotel Bonaparte – CEP:70.322-901 – Telefone: (61) +55 3551-1211  
Site: ipa-brasil.org (Brasil) | www.ipa-international.org (International)

### Distribuição gratuita em formato físico e em mídia:

**Distribuição Nacional e Internacional:** EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

**Circulação e Distribuição Nacional Gratuita entre Membros de Policiais Federais** – Membros das Secretarias de Segurança Pública – Associação e Sindicatos Policiais – Governos de Estados – Presidência da República – Ministérios do Governo – Tribunais – Tribunais Superiores – Ministério Público Federal e Estadual – Senado Federal – Câmara dos Deputados – Embaixadas – Indústria e Comércio.

**Circulação e Distribuição em Órgãos Policiais Internacionais:** PEB – IPA, IEC – IPA, IAC – IPA, Sessões Nacionais e Regionais da IPA, AFP, DEA, FBI, INTERPOL, BKA, RCPM.

OS ARTIGOS NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA, SENDO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. É PROIBIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE TEXTOS E FOTOS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO.

“ESTA PUBLICAÇÃO NÃO É COMERCIALIZADA EM BANCAS DE JORNAIS E NINGUÉM ESTÁ AUTORIZADO A VENDER ASSINATURAS DA REVISTA EM NOME DESTA EMPRESA”.

### OUIDORIA: CRÍTICAS / RECLAMAÇÕES / SUGESTÕES

+55(61) 3551-1211 / contato@ipa-brasil.org



# Sumário



Com a Palavra, o Presidente .....	3
Retrospectiva 2018 – IPA Brasil .....	5
Nova sede nacional da IPA no Brasil .....	24
Aniversário de 57 anos da IPA no Brasil .....	28
IPA Brasil – Armamento da População.....	30
A IPA Brasil e o Documento Nacional do Estudante Brasileiro ....	38
IPA Brasil e IPA Israel.....	40
IPA Brasil e o Projeto Caninópolis.....	42
IPA Brasil Visita o IAC/IPA .....	44
IPA Brasil no Newsletter .....	47
Projeto Acadêmico IPA Brasil – Prevenção a Violência .....	48
IPA Brasil – Workshop Internacional de Segurança .....	50
Ipinho e Ipinha .....	51
Membro da IPA Brasil Condecorado .....	54
Erro Médico .....	55
IPA Brasil e IPA Peru Enconfrater 2019 .....	58
Cartas para o Sucesso.....	61
Escola de Solistas .....	62
Exposição “Pax XXI” no TJDFT .....	64
Estampando.....	66
Defesa Tribal da Região Amazônica .....	67
As Armas no Brasil.....	73
O Brasil – Pacote Anticrime .....	78
Feminicídio no Brasil .....	82
O Brasil no Trânsito .....	87

# Com a Palavra, o Presidente



Caros membros da International Police Association Brasil Section – IPA Brasil

Adentramos este ano de 2019, para nós membros da IPA no Brasil o “Ano Phoenix III”. Ano que em nosso Plano Estratégico de Reengenharia da IPA no Brasil está previsto para a cimentação total da nova IPA do Brasil. Ao olhar para as ações passadas da gestão, não poderia deixar de expressar que, ao meu entender, transcorremos com êxito os nossos objetivos propostos para a reengenharia total que a IPA no Brasil vem desenvolvendo, no objetivo único de que a nova IPA no Brasil solidifique-se na sua totalidade. Tanto na seara administrativa, Jurídica, de gestão e, principalmente, de representatividade em âmbito nacional e internacional. Este ano, que subjetivamente entendemos como sendo o da “alma” da nova IPA Brasil, pois na analogia em que titulamos nossas ações, será o ano do voo da Phoenix IPA Brasil. Pois esta em nossa pretensão que seja o ano do fechamento da reengenharia programada, o ano que para nós denominamos oficialmente como o “Ano Phoenix III”.



O ano que transcorreu (2018), não foi um ano fácil para a nova IPA Brasil, pois a crise que assolou o País não nos poupou, e só conseguimos sobreviver a contento encimado em muitos esforços dos membros e parceiros. Razão, que podemos agora concluir na certeza, que os trabalhos desencadeados superaram as circunstâncias além de previsões. E, a prova disto encontra-se estampada em nossa retrospectiva 2018, apresentada neste Magazine IPA Brasil. Não poderia deixar de registrar aqui como foi saboroso ver as comemoração dos nossos aniversários de 56 e 57 anos, de nossa “presença” no Congresso Mundial da IPA na Holanda, dos projetos acadêmicos e culturais serem reconhecidos e premia-



dos, além de ver o sucesso nos tradicionais projetos de gestão da Entidade, a exemplo do ENCONFRA-TER 2018 e 2019, sendo este último materializado em verdadeiro espírito IPA, quando visitamos a IPA Peru. Ver, finalmente, a Sede Nacional da IPA Brasil em imóvel próprio, sito na capital do País, Brasília, e em endereço nobre no contexto da cidade, supera o satisfatório, e mais, já funcionando em uma estrutura digna para a IPA no Brasil.

A reestruturação editorial e de layout deste Magazine IPA Brasil, tendo em seu bojo matérias inéditas e de interesse macro no contexto policial, foi algo além de satisfatório. Como também, no mesmo diapasão da reestruturação, o novo layout do nosso Portal Oficial ([www.ipa-brasil.org](http://www.ipa-brasil.org)), em substituição do já premiado pelo IAC-IPA no Congresso da Holanda com a medalha de ouro, ver para ser a base da mídia e administração da Entidade em níveis de aperfeiçoamento que superam em muito o anterior.

Vale navegá-lo e ver o que a nossa IPA Brasil fez e esta fazendo.

Sem mais delongas nessas palavras, pois tudo em que aqui me manifestei já foi manifesto no nosso sistema de comunicação da Entidade, ensejo minhas palavras direcionadas a conclamar os associados da IPA Brasil que é chegado o momento de colocarmos no nosso quadro associativo aqueles colegas de sua relação de amizade, com a certeza que esta Associação (IPA) é ímpar no contexto nacional e internacional. E mais, é deverás satisfatório pertencer aos seus quadros e com isto usufruir-se do que ela oferece, pois lhes garanto que é algo inigualável, além de vir proporcionar em demonstrar no contexto mundial a representatividade da polícia brasileira. Vida longa à IPA no Brasil. “Servo Per Amikeco (Serviço Através da Amizade)”.

**Joel Zarpellon Mazo**  
**Presidente da IPA Brasil**



## RETROSPECTIVA 2018 – IPA BRASIL

### IPA BRASIL CONDECORADA NA ITÁLIA

No período de 25 a 30 de janeiro de 2018, realizou-se na cidade de Milão (Itália) o XVI Encontro Internacional de Juristas e VII Congresso de Direito Europeu. O evento com a presença de membros da magistratura, tribunais de contas e outras carreiras jurídicas do Brasil, Portugal e Espanha, Cônsul do Brasil em Milão, do Presidente da Ordem dos Advogados de Milão, Presidente da Corte de Apelação de Milão, Ministro da Justiça italiano e do governador da Lombardia, teve para nós membros da IPA Brasil um momento ímpar quando o vice- Presidente da IPA Brasil Regional Rio de Janeiro, Helio José Machado, recebeu das mãos do Reitor da Universidade de Granada (Espanha), Guillermo Orozco, a comenda “CESARE BECCARIA”, em razão de seus trabalhos no contexto e pelo artigo publicado “A COLABORAÇÃO PREMIADA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”. O colega foi recebido, efusivamente, por membros da IPA Itália, membros da Polícia Local, com especial destaque para o integrante da Polizia di Stato, Atílio D’Anunzio, que o agradeceram com uma visita à Catedral do Duomo e à Comissária Central, e um almoço com colegas policiais da IPA Itália. Para o presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo: “..ver o colega e amigo ipiano Hélio Machado ser recebido pela IPA da Itália da forma que foi, e mais, haver recebido uma das comendas mais importantes do contexto jurídico internacional, é muito mais que uma satisfação pessoal e de gestão, é um fato do que a IPA é...”.



### IPA BRASIL CONDECORADA “Gran Cruz” da Ordem dos Pioneiros.

Em grandioso tradicional evento comemorativo do Clube dos Pioneiros de Brasília, a XLIII Festa dos Pioneiros, a International Police Association Brasil Section – IPA Brasil recebeu a histórica “Gran Cruz” da Ordem dos Pioneiros.



O evento ocorreu no Yate Clube de Brasília, com a presença de inúmeras autoridades da área diplomática internacional, Ministro da Marinha, Aeronáutica e Exército, representantes do Executivo Nacional, personalidades das Artes, História, Educação, Música, jornalismo e do mundo jurídico nacional.



# Retrospectiva

O jantar de gala comemorativo teve seu ponto maior com o show de artistas paraguaios promovidos pela respectiva embaixada. Foi uma comemoração memorável.



O Presidente da IPA Brasil foi enfático em seu pronunciamento de agradecimento ao dizer: *...o Clube dos Pioneiros é a história de Brasília e do Brasil, pois é necessário para que a história perdure, que tenham os seus guardiões e o que neste evento assistimos é justamente a materialidade de minha assertiva. Ou seja, a cimentação histórica da capital do País e de seu criador. Ao receber esta maior comenda desta Entidade, a “Gran Cruz”, e mais que uma honra, é um orgulho para a Entidade que represento em razão do reconhecimento de seus trabalhos pelo Clube dos Pioneiros. É uma homenagem, outorga, de tamanha significação que não tenho as palavras certas para tecer o nosso agradecimento, além de dizer: o nosso muito obrigado”.*



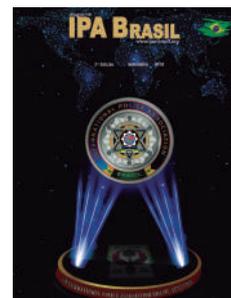
A Outorga “Gran Cruz” do Clube dos Pioneiros foi instituída na data de fundação de Brasília, em 21 de abril de 1960, e a sua primeira peça foi outorgada a Juscelino Kubischek, então presidente da República Federativa

do Brasil e responsável pela construção e transferência da capital do Brasil para o Centro-Oeste brasileiro, quando no solene jantar comemorativo da inauguração da cidade de Brasília, ocorrido naquela data. De lá para cá, pouquíssimas outorgas “Gran Cruz” foram outorgadas a personalidades ilustres no contexto nacional.

Atos de gestão da IPA Brasil, reconhecidos.

## MAGAZINE IPA BRASIL

A International Police Association no Brasil Section – IPA Brasil, lançou neste mês a Edição do período da nossa Revista: **Magazine IPA Brasil**, a qual foi remetida para os endereços residenciais dos associados e foi distribuída aos membros internacionais da IPA durante o Congresso Mundial da IPA, que ocorreu em setembro de 2018, em Roterdan/Holanda.



A capa desta edição foi produzida pelo artista de designer, de reconhecimento nacional e internacional, Roberto Claussen, a qual simbolizou o nascimento da nova IPA do Brasil.

Roberto da Silva Claussen é escultor e designer com vinte e cinco anos de carreira, autodidata, trabalha com diversos tipos de materiais como ouro, prata, bronze, pedras, alumínio, ferro, aço, cerâmica e madeira. Utilizando-se de várias técnicas, o artista passa do figurativo para o abstrato com sutileza. Considerado um artista defensor da sustentabilidade denominando seu trabalho de “eco arte”, explora os cinco elementos: terra, água, fogo, ar e amor. Seus trabalhos são reconhecidos em mais de trinta países. Apesar de ser premiado dezenas de vezes, não se envaidece muito com isso. Aprendeu com Oscar Niemeyer e Bruno Giorgi, que o mais importante é o trabalho e que o artista é um veículo de inspiração vinda do universo superior. Sua obra figura ao lado de Bruno Giorgi e Alfredo Ceschiatti, no Palácio do Planalto, em Brasília. O artista também tem obras catalogadas no acervo da Galeria do Vaticano, em acervos públicos da Bélgica e Países Baixos. Recebeu o título



# Retrospectiva

de Comendador de Arte pela Instituição Carlos Gomes, concedido pela embaixada brasileira na Itália. É associado ao Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo - Comitê Nacional Brasileiro da AIAP/UNESCO, registrado em Brasília como designer, ceramista e artista plástico pela Associação dos Artistas Plásticos do Rio de Janeiro.

## ENCONFRATER 2018



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil reuniu seus associados no tradicional Encontro de Confraternização da IPA Brasil na primeira semana de março de 2018, no mar do Caribe, em um tour pelas mais belas ilhas daquela área e visitas à polícia local e pontos turísticos das ilhas visitadas.

O Enconfrater 2018, com a participação de membros, familiares e amigos da IPA, iniciou com o embarque aéreo em voo fretado no aeroporto de Guarulhos/SP, com destino a ilha de Martinica/Caribe. Em Port Du France/Martinica, os participantes embarcaram no navio Fantasy da MSC para uma integração total diante de um belíssimo cruzeiro pelos mares do Caribe e Antilhas.

O evento foi tão especialíssimo que do grupo do ENCONFRATER 2018 tivemos, a bordo, comemoração de aniversários e até de bodas de prata, além de grandes encontros de confraternização. Foi saboroso ver todos os integrantes da Delegação IPA Brasil no período do Projeto no verdadeiro espírito do “Servo Per Amikeco”, com uma verdadeira e pura harmonia e integração, símbolo da nova IPA no Brasil.

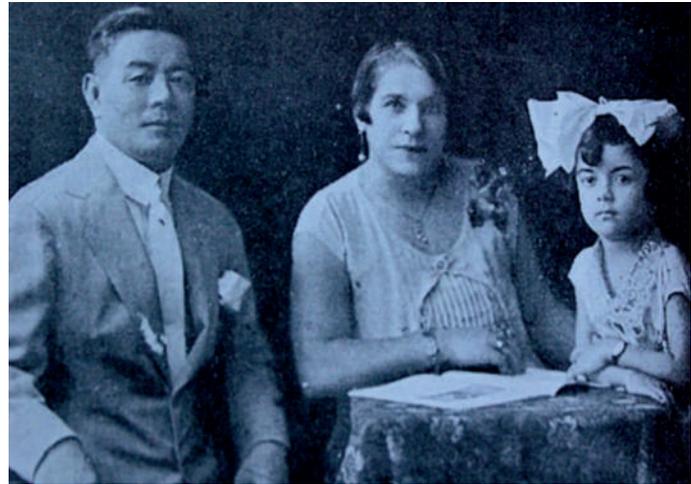




## PROJETO BUSHIDO – A ORIGEM KALARIPAYATTU

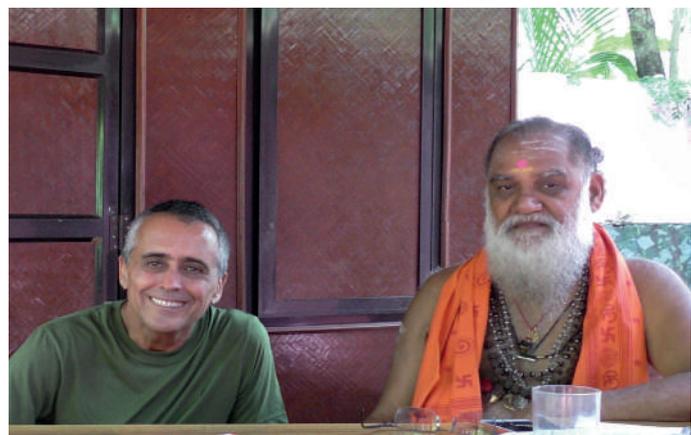


Quando do retorno da viagem oficial pela IPA Brasil, com o objetivo de continuidade ao desenvolvimento do Projeto BUSHIDO: O Resgate da Profecia, artigo publicado na Revista IPA Magazine (Edição Especial/2017), o membro da nossa Diretoria de Assuntos Internacionais, Francisco Badenes, trouxe um acervo histórico em que percebemos que face à relevância e magnitude do tema: “Código de Ética aplicado no ambiente marcial vinculado à didática de combate inerte”, teríamos que nos valer de um sistema de metodologia científica, para melhor compreender o significado da essência das artes marciais, devido à complexidade das informações obtidas, originárias em datas pretéritas e oriundas de distintas e remotas civilizações. Desta forma, direcionamos o nosso trabalho para a misteriosa Índia, berço da espiritualidade do nosso planeta, mais especificamente para o estado de Kerala, no extremo sul da Índia, em Thiruvananthapuram. O motivo deste direcionamento, originou-se em razão que diversos compêndios assinalam que o Jiu-jitsu japonês (denominação genérica) do qual se originou o Jiu-jitsu brasileiro (também conhecido como Gracie Jiu-Jitsu), teria suas raízes na Índia (Kalaripayattu), tendo passado pela China através da expansão do Budismo (Boxe Chinês/Kung Fu) e após para o Japão (Karatê/Jiu- Jitsu), chegando ao Brasil pelos ensinamentos de Mitsuyo Maeda, conhecido como “Conde Koma”, em 1917, quando seu aluno Carlos Gracie passou essa “arte” ao seu irmão mais novo, Hélio Gracie, que tornou-se o fundador do “Brazilian Jiu-jitsu” ou “Jiu-jitsu brasileiro”.



*Conde Koma com a esposa, a inglesa Daisy May, e a filha Celeste.*

O trabalho que denominamos KALARIPAYATTU, foi publicado na sua íntegra na edição especial do nosso Magazine IPA Brasil de 2018. Um trabalho inédito e espetacular de área acadêmica.



## MEMBROS DA IPA SUÉCIA VISITAM O BRASIL.



Em visita a cidade do Rio de Janeiro, os colegas policiais suecos, membros da International Police Association - Karl Goeran Sidney Andersson e Malin Kristina Carlsson - contataram à IPA Brasil, informando que tinham um grande interesse em entender a situação complexa em que a polícia brasileira trabalha nesta área de intervenção no Rio de Janeiro. A missão de atender aos colegas da Suécia ficou a cargo do colega Diogo Deleuze, membro da diretoria da IPA Brasil Regional do Rio de Janeiro.



No espírito do "Servo Per Amikeco", Deleuze os levou para visitar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da operação no Rio de Janeiro, onde foram cordialmente recebidos pelo Coronel Magalhães do Corpo de Bombeiros. Em seguida, visitaram o Batalhão de Operações Especiais da PM

(BOPE) onde foram recebidos efusivamente pelo Capitão Novo e pelo Sargento Sobrinho. Após, conheceram uma delegacia da polícia civil. A delegacia escolhida foi a Delegacia Especial de Apoio ao Turismo (DEAT), onde foram recebidos pelo Inspetor Chefe André Schelegal, em fantástica atenção. A visitação dos colegas suecos, na área da intervenção, se encerrou em uma casa de sucos, onde estes puderam experimentar sucos de açaí, cupuaçu e outros, para eles considerados exóticos.



Os membros da IPA, Karl Goeran Andersson e sua esposa Malin Kristina Carlsson, são policiais na Suécia. Karl trabalha há 10 anos em uma equipe SWAT, que possui uma semelhança com o nosso BOPE da polícia militar.

Este tipo de relações, por intermédio da amizade, papel precípua da IPA, é que a faz como sendo uma das mais interessantes associações do mundo.

## 8º FÓRUM MUNDIAL DE ÁGUA IPA Brasil presente



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil esteve presente no 8º Fórum Mundial de Água que ocorreu no período de 19 a 23 de março na capital do Brasil, Brasília.



# Retrospectiva



Imagem aérea da estrutura do 8º Fórum Mundial de Água  
(Foto: Gabriel Jabur/Agência Brasília)

O Fórum Mundial de Água, realizado a cada três anos em um país diferente, é um dos congressos ambientais mais importantes do mundo, contato com a colaboração de chefes de Estado, pesquisadores e interessados em debater o futuro do recurso hídrico e buscando trazer soluções no sentido de ajudar no enfrentamento à escassez da água, que acerca as populações de diversos países do planeta. Sua primeira edição ocorreu em 1997, em Marrakech, no Marrocos, e a última em 2015, em Daegu, na Coreia do Sul. Neste ano de 2018, em Brasília, Brasil, a primeira cidade no Hemisfério Sul a sediar o evento.



A representante da etnia Pocoman Ana Perez Conguache veio da Guatemala para participar das discussões do do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília  
(Foto: Leticia Carvalho/G1)

Com o tema “Compartilhando Água”, o 8º Fórum Mundial de Água teve a participação de

aproximadamente 97,1 mil pessoas, entre inscritos e visitantes. Dentre esses, 15 mil oriundos de outros países. Ao longo de cinco dias de debates com lideranças de 172 países, diante das principais mesas de debates que ocorreram no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a palavra água foi dita e ouvida a todo instante em diversas línguas, abordando temas sobre mudanças climáticas e o impacto nos recursos hídricos, além dos financiamentos de infraestrutura hídrica para aumentar a segurança no abastecimento. Neste Fórum, em fato inédito, discutiu-se a gestão integrada na área urbana, levando em conta o abastecimento de água, o tratamento de esgoto e a coleta de resíduos sólidos. O Presidente da WWC, Benedito Braga, disse: “Queremos ver soluções que possam ser utilizadas a longo prazo e influenciar os tomadores de decisão.”



# Retrospectiva

O 8º Fórum ocupou, também, outros espaços da cidade de Brasília com atividades esportivas e culturais na Orla do Lago Paranoá, local onde ocorreu a sua abertura oficial. Além da amostra de cinema no Cine Brasília e atividades ligadas aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Planetário. A Vila Cidadã, como ficou conhecida a área de exposição do Fórum, foi palco de diversas atrações relacionadas à água e estas se estamparam em torno de trezentos painéis correlatos a questão hídrica no mundo.

A IPA Brasil presente em ações de interesse mundial.

Na abertura do evento, o próprio governador do Distrito Federal veio ao estande da IPA Brasil conferir a participação do meio policial. A participação da IPA Brasil requereu um grande esforço por parte da entidade e seus resultados foram de muita satisfação.

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil integrou o 8º Fórum Mundial de Águas, sob a coordenação de nossa colega Elisa Mikito, com o estande de solução hídrica, inclusive com solução desenvolvida juntamente com a ADASA (Agencia de Desenvolvimento das Águas e Saneamento) diante de um processo de purificação de água, o qual foi apresentado na “Vila Cidadã”, local point do evento, onde o público bebia e elogiava o resultado. Participou, também, no desenvolvimento de material em reaproveitamento para confecção de imobiliário. Mas, a IPA Brasil não ficou somente nesta participação, e sim diante de debates em que mostrávamos que a polícia é essencial neste contexto de controles de desperdício hídrico, pois sem uma fiscalização com eficiência diante das ações de solução, essas poderão não atingir a eficácia desejada.



Na sessão de encerramento, ocorreu a divulgação de duas declarações elaboradas no fórum: a Declaração de Sustentabilidade e os Compromissos Parlamentares. Os documentos se juntaram a outras quatro declarações que resultaram do evento. O texto sobre sustentabilidade chamou a atenção para a situação atual das políticas sobre água. De acordo com o documento, as ações no mundo "não estão sendo suficientes" para alcançar os objetivos das Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A declaração propôs, ainda, a prevenção de conflitos, a diplomacia da água e alianças internacionais como condições para a universalização da água e do saneamento básico. O texto foi levado ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que acontece nos Estados Unidos no mês de julho deste ano de 2018. A ideia é garantir alianças cooperativas, reformas hídricas e inovações financeiras. Outro fato inédito do Fórum foi o documento apresentado durante a cerimônia de encerramento, "Compromisso Parlamentar", que teve na elaboração do seu conteúdo a participação de 150 deputados e senadores de 40 países, que se comprometeram, ainda neste ano, que a declaração será enviada a parlamentos de todo o mundo, representando a conquista do "saneamento como direito fundamental humano".





Nesta edição do Fórum Mundial, em Brasília, marcada por ineditismos, foi a primeira vez que o evento tem a participação efetiva de membros do Poder Judiciário, que resultou na Carta de Brasília, documento que apresenta dez diretrizes para o reconhecimento do acesso à água como direito fundamental. E servirá para orientar magistrados de todo o mundo no julgamento de casos relacionados ao acesso da população à água. Entre outros princípios, a carta reconhece os recursos hídricos como bem de interesse público e trata da função ecológica da propriedade. Também é a primeira vez que o evento garantiu a participação de jovens em todas as mesas de discussões do evento. Tanto que, durante a cerimônia de encerramento, Tatiana Silva, uma das jovens delegadas do Conselho Mundial da Água no Brasil falou sobre a diversidade de ideias sugerindo a “inclusão de mais pessoas em situação de vulnerabilidade” no evento, pois “precisamos fazer esse ambiente ainda mais diverso”, concluindo.

Tatiana Silva durante cerimônia de encerramento do 8º Fórum Mundial da Água. (Foto: Jorge Cardoso/8º FMA)

Na cerimônia de encerramento, o Conselho Mundial da Água, organizador do fórum, “passou o bastão” para a delegação do Senegal, país da África Ocidental que será a próxima nação a sediar o encontro. O 9º Fórum Mundial de Água está marcado para 2021, na cidade de Dacar.

## **POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA - 74 ANOS. IPA Brasil outorgada**

Na data de 28 de março, dia natalício da Polícia Federal do Brasil, a International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, recebeu a outorga denominada “Honra ao Mérito”, em evento comemorativo aos 74

anos da instituição Polícia Federal. O jantar de gala comemorativo teve a participação do Diretor Geral da Polícia Federal, como também de inúmeras autoridades dos poderes da República brasileira e representações de classe da Instituição e Policiais federais.

No evento, foram concedidas dez outorgas Institucionais e dentre essas constava a destinada a IPA Brasil, que esteve representada pelo seu presidente nacional, Dr. Joel Zarpellon Mazo, o qual em seu pronunciamento foi enfático em dizer “que aquele reconhecimento traduzido em uma outorga denominada “Honra ao Mérito” que vem a ser concedida somente a um seleto grupo de pessoas e instituições. E mais, recebida em uma comemoração de data natalícia de uma instituição policial que é hoje, pelo que faz, uma referência nacional e com certeza, internacional, é algo que não só satisfaz, mas comove, comove profundamente. E que, em palavras de agradecimento, só me resta dizer que estamos gratificadamente emocionados. Continue Polícia Federal fazendo o seu papel, em que espero que continue por muitos e muitos anos. Muito Obrigado”. Importante outorga repousa na sala especial de outorgas na Sede da Entidade, para o orgulho de saber que nossos trabalhos de gestão estão reconhecidos.

## **CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN PRESTA HOMENAGEM A IPA BRASIL.**



*Nova Gestão do Cofen.*

Na cerimônia de posse da nova diretoria do Conselho Federal de Enfermagem (Gestão 2018-2021), realizada na noite de 19 de abril de 2018, em magnífico evento ocorrido no salão de eventos do Hotel Blue Tree, em Brasília/DF, com a presença de dirigentes de todos os Conselhos Regionais, gestores e presidentes das principais entidades da profissão, além de autoridades dos três poderes da república, a IPA

# Retrospectiva

Brasil, representada pelo seu presidente nacional, Dr. Joel Zarpellon Mazo, foi homenageada em razão do sucesso em projetos desenvolvidos conjuntamente com o COFEN, em afinada parceria.



A Nova gestão do COFEN, sob a presidência de Manoel Neri, reeleito por unanimidade, é composta por profissionais de todas as regiões brasileiras e que atuam em diversas áreas da Enfermagem que se comprometeram, em juramento de posse, defender o legado de resgate da imagem institucional construído nos últimos anos, com propostas de ações no campo da fiscalização, apoio aos Conselhos Regionais, aprimoramento técnico-científico, responsabilidade social, pesquisa e formação em Enfermagem.



*Presidente do Cofen, Manoel Neri.*

Em seu discurso de posse, o Presidente reeleito por unanimidade, Manoel Neri, emocionou ao relembrar sua trajetória, desde a infância em vila rural de Porto Velho/RO até converter-se na principal liderança do processo de abertura e democratização dos conselhos de Enfermagem. Agradeceu aqueles que acreditaram e acreditam na linha de trabalho de sua gestão e, principalmente, aquelas entidades de importante significado para a sociedade brasileira que atuam com o COFEN em estreita parceria, citando a IPA Brasil.

## IPA BRASIL COMEMORA OS SEUS 56 ANOS



# Retrospectiva



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, efetivou a comemoração de seus 56 anos no dia 21 de abril de 2018. Embora a IPA no Brasil tenha sido fundada em 1º de abril de 1962, a data do dia 21 de abril foi escolhida para a comemoração natalícia da Entidade em razão de ser nesta comemorada o Dia das Polícias brasileiras (Civil e Militar) e do Patrono da Polícia no Brasil, o Alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes. Nesta data comemora-se, também, o descobrimento do Brasil e o aniversário de inauguração da capital do Brasil, Brasília.

O Evento ocorreu em formatação de uma solenidade comemorativa, seguida de um jantar de gala com show, na qual inúmeros membros estiveram presentes. Contou-se, também, com a presença de autoridades do nosso poder Executivo, Legislativo e Judiciário Nacional, Ministério Público Federal, amigos e apoiadores da IPA Brasil da seara empresarial brasileira e demais convidados.

A solenidade promovida pela Academia Latino-Americana de Ciências Humanas- ALACH com suas tradições, trouxe a público a história da IPA no mundo e a história da Seção Brasil, ovacionando os seus fundadores, Arthur Troop e John Strongov.

Em momento especial, a IPA Brasil outorgou o Presidente da Academia Latino Americana de Ciências Humanas – ALACH e também Membro Benemérito da IPA Brasil de Matrícula BR-0128, Dr. Raul Canal, em concessão primeira, com a “Medalha Ônix”, a qual foi instituída em 29 de maio de 2017 e destinada a homenagear membros do segmento policial e da IPA no Brasil, em razão de seus feitos em prol da sociedade brasileira e da IPA Brasil.

O Presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, quando do seu pronunciamento oficial no evento foi tático em dizer: “...a imortalidade de uma pessoa, de uma instituição, ocorre enquanto essa permanecer na lembrança da sociedade que o cerca. E eis a razão de mantermos tradições a exemplo das comemorações natalícias. Então, deixo o meu profundo agradecimento a ALACH por trazer, nesta data de supra importância, a lembrança natalícia da IPA Brasil juntamente com um rol de significativas datas, a exemplo do descobrimento



# Retrospectiva

do Brasil, a Inconfidência Mineira, o aniversário de Brasília, marcos históricos da nação. Me permitam os presentes que eu enseje este meu pronunciamento solicitando a entrada do bolo natalício da IPA do Brasil com suas velinhas acesas para que possamos dizer Feliz Aniversário IPA Brasil, Vida Longa IPA Brasil. Muito Grato”.

No evento foi lançado o selo correspondente a segunda fase da reengenharia total pela qual passa, atualmente, a IPA no Brasil, o Selo Ano II – Phoenix IPA Brasil.

## IPA GAMES EM PORTUGAL

### 1º IPA GAMES (Primeiros Jogos da International Police Association) - LISBOA/PORTUGAL-2018.



1º IPA GAMES – LISBOA/PORTUGAL (Delegação Brasil)



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil esteve presente nos primeiros jogos da IPA (1º IPA GAMES) que ocorreram no período de 13 a 18 de maio e 2018, em Lisboa/Portugal.

A IPA Brasil participou dos Jogos com uma Delegação de 50 atletas policiais e convidados, com participação em quase todas as modalidades do evento. E não fez feio com o terceiro lugar no Vôlei e quarto na corrida de fundo, com a colega Renata Monteiro Costa Amaral, pois competimos com delegações fortíssimas, a exemplo da

Alemanha, Lituânia, Chipre e de Portugal, além de outras com atletas de ponta em modalidades específicas.



O evento, por ser pioneiro, teve suas peculiaridades. Mas, bonito mesmo foi ver a integração de atletas policiais de mais de 20 países, através do esporte encimado no lema princípio básico da IPA: “Servo Per Amikeco”, onde ressaltamos e congratulamos a representação da Turquia com seus 02 atletas.



A delegação brasileira, no 1º IPA Games, foi a maior em contingente de atletas e por seu espírito de participação e unidade demonstrado durante o evento, foi considerada como a mais querida dos Jogos.



**IPA Brasil, agora, rumo ao IPA Games 2020 em MONTENEGRO**



## THE WORLD IN BRAZIL

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil promoveu um evento denominado “The World in Brazil” aos diplomatas no Brasil. O evento, manifesto em um jantar de gala, foi brindado com uma palestra do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Dr. Aloysio Nunes e com a presença de representantes de 135 embaixadas sediadas no Brasil, além de empresários, membros de organismos internacionais e autoridades do poder executivo nacional.

O evento culminou com um belíssimo jantar com pratos da culinária internacional e show da “Broadway”, o que trouxe grande manifestação da mídia nacional e internacional.

Para a IPA Brasil, o reconhecimento recebido veio demonstrar que sua importância se faz presente neste contexto de representatividade internacional como também no contexto de gestão.

## CONGRESSO MUNDIAL DA IPA EM ROTTERDAM/HOLANDA



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil participou do 63º Congresso Mundial da International Police Association (IPA) que ocorreu de 18 a 23 de setembro de 2018, na cidade de Rotterdam/ Holanda.



O Brasil fez-se representar por uma Delegação composta de 23 membros, tendo em plenária a sua representação composta de um Delegate (Presidência) e dois Observers, sendo o presidente Regional da IPA Goiás e um membro do Conselho de Ética da IPA Brasil eleito na AGE de novembro de 2017.



O Congresso, com a participação de 64 países, ocorreu no salão de eventos do histórico e antigo navio cruzador SS Rotterdam, da Holland-América, conhecido como “A Grande Dama”, que se transformou em um hotel e fixa-se perto do Porto de Rotterdam, na região de Katendrecht, na cidade de Rotterdam, desde 2010.



No Congresso foram aprovadas inúmeras ações de gestões de seções nacionais da IPA, como comemoração natalícia, seminários nacionais e promoção de semanas da amizade, como também ocorreu o triste ato de expulsão da IPA de 02 países (México e Botswana). Entretanto, ficamos felizes com a aprovação de ingresso na IPA de outros 02 países (Colômbia e Kyrgyzstan). Importante foi também a aprovação dos Congressos Mundiais da IPA de 2019 na Croácia e 2020 em Barcelona na Espanha, e fechando a aprovação do IPA Games 2020 que ocorrerá em Montenegro.

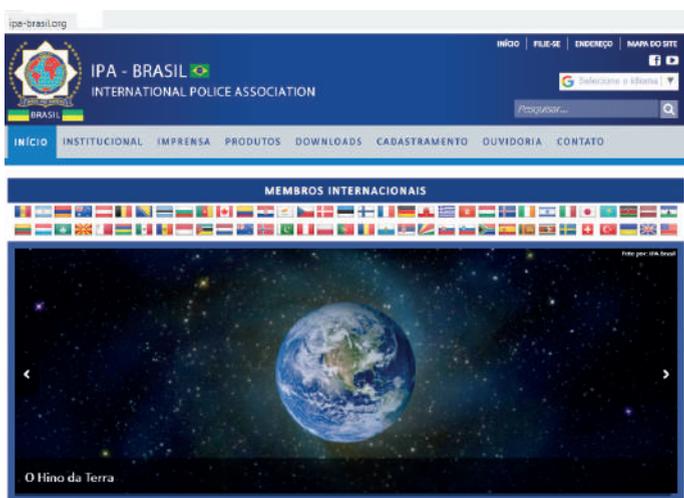
# Retrospectiva

A Seção Brasil, atendendo solicitação do Bureau Executivo Internacional, diante da Agenda do evento sob o número 7.2.7, efetivou uma explanação sobre o processo eletivo e a situação atual da IPA Brasil, a qual foi aprovada pelo IEC e recebeu inúmeros elogios pelo fato de mostrarmos, sem medo, a Entidade.



Em plenária, a Seção Brasil defendeu sua candidatura para sediar o Congresso Mundial da IPA no ano de 2021, a qual foi aceita para o ano de 2022, quando a IPA no Brasil irá comemorar o aniversário de seus 60 anos. No Congresso da IPA, que ocorrerá em 2019 na Croácia, ocorrerá a votação de aprovação da indicação do Brasil para promover o 67º IPA WC 2022.

Na avaliação de melhor Portal (Web Site) da IPA no mundo, a IPA Brasil foi outorgada com a classificação ouro, recebendo sua diplomação no evento de encerramento (Gala Dinner).



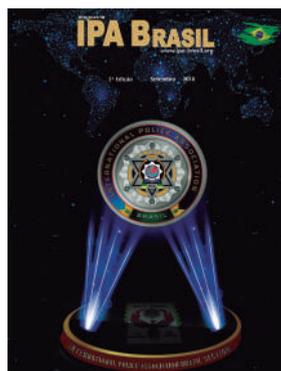
A Seção Brasil participou da competição mundial de vídeo institucional das Seções Nacionais da IPA e a Seção Brasileira logrou alcançar a 4ª colocação, um

feito inédito para uma participação em primeira vez, quando em colocação superior encontrou-se a Seção da Rússia (1º lugar) e Israel (2º).

Link vídeo Institucional IPA Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=sN5Mnqs4-g&t=151s>

Durante o evento, a IPA Brasil distribuiu a sua última edição de seu Magazine IPA Brasil, que culminou com inúmeros elogios pela qualidade de produção e matérias. Mas, sucesso foi quando da apresentação do livro “Cadê minha Mãe?”, de cunho psicopedagógico na questão da problemática penitenciária nacional quando um menino tem a sua mãe presa. O livro de autoria da nossa Vice-Diretora de Assuntos Acadêmicos, Giulieny, foi de fato muito elogiado pelos membros da IPA no mundo pela iniciativa e trabalho apresentado. Inclusive, recebeu uma manifestação de referência por parte da Comissão Sócio Cultural da IPA.



No evento de encerramento do 63º IPA WC – 2018, momento em que ocorreu a entrega das premiações, a IPA Brasil integrou o Projeto desenvolvido pela “Foundation Gouds Metaheerhuis”, com uma doação financeira para a promoção de um ato de reconhecimento histórico relativo a II Grande Guerra Mundial, mais precisamente a criação de um muro na praça da cidade de Gouda, com tijolos que continham registros desta história. A IPA Brasil recebeu carta de agradecimento na data de 05/10/2018 da Foundation Gouds Metaheerhuis pelo apoio promovido.



# Retrospectiva

A Seção Brasil fechou com “chave de ouro” sua participação no 63º IPAWC com a premiação de a mais “amikeco” Delegação e, em contra partida, outorgou o Presidente da Seção da IPA Holanda, Wim Cornelis, com a medalha “Amikeco” da Entidade, em razão do que fez e faz pela IPA no mundo.



A Coordenação da IPA Brasil para o evento tem a certeza de que podemos denominar que este Congresso foi o Congresso da Seção Brasil da IPA, em razão da sua participação diante da Agenda percorrida e de diversas declarações de inúmeros membros da IPA no mundo.

## SEMINÁRIO EM GIMBORN/ALEMANHA PARTICIPAÇÃO IPA BRASIL



Membro da Seção Brasileira da IPA Brasil, Higor Vinicius Nogueira Jorge em Gimborn/Alemanha.

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil participou do seminário: “Drones, modos de uso, possibilidades técnicas e aspectos jurídicos de um novo instrumento de trabalho para a polícia”, realizado entre os dias 24 e 28 de setembro de 2018, no Centro Internacional de Conferências IBZ Schloss

Gimborn, na Alemanha. Higor Vinicius Nogueira Jorge, policial no estado de São Paulo/SP, membro indicado da IPA Brasil para o seminário em Gimborn, foi contemplado com a Bolsa Arthur Troop (ATS) da Associação Internacional de Polícia (IPA) e representou os policiais do continente sul-americano.



O seminário contou com a participação de profissionais, considerados referências na utilização de drones pelas policiais do mundo, a exemplo de: Wilfried “Charly” Kunze, comissário criminal chefe de Nuremberg; Mike Hess, capitão da sessão de segurança da polícia da Suíça (Basilea, Suíça); Jürgen Künstner, inspetor chefe de polícia da oficial estatal de serviços policiais em Renania do Norte-Westfalia (Duisburgo, Alemanha); Andreas Bruns, chefe de polícia da polícia antidistúrbios e polícia aérea (Egelsbach, Alemanha); e Fernando Fernandez, agente da polícia local de Madrid, Espanha, presidente da Associação Espanhola de Pilotos e Operadores de RPAS para a segurança e emergência (AEPORSE).



Durante o evento, foi realizada visita técnica na Agência Europeia de Segurança Aérea (EASA), na cidade de Colônia. E, no local, Rebekka Freienstein apresentou palestra sobre as normas relacionadas com a utilização de drones e a atuação da EASA para a preservação da segurança aérea na União Europeia.



# Retrospectiva

O Seminário permitiu observar casos práticos em que foi fundamental a utilização de drones na investigação e prevenção de crimes. Bem como, no módulo prático, foram observadas inúmeras possibilidades de utilização de drones pelos policiais.



Durante o seminário, o associado Higor Jorge teve a oportunidade de ministrar palestras sobre a investigação criminal tecnológica e utilização de fontes abertas na elucidação de delitos. De modo que ofereceu informações teóricas e casos práticos cujos conhecimentos sobre as ferramentas foram utilizados, com eficácia, pela polícia brasileira no enfrentamento ao crime. Bem como promoveu troca de informações que estão sendo difundidas perante a Academia de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo e SENASP.

No evento, o associado realizou o lançamento da coleção: "Investigação Criminal Tecnológica", de sua autoria, publicada pela Editora Brasport, que conta com o apoio da Seção Brasil da International Police Association Seção Brasil - IPA - BRASIL.

A presença de Higor Jorge, em Gimborn, foi uma demonstração da representatividade nacional e internacional da polícia brasileira e da nova IPA no Brasil, a qual já foi notificada de que se encontram abertas vagas para a IPA Brasil para ações letivas em Gimborn para o ano de 2019 (Bolsa Arthur Troop).



Polícias membros da IPA de diversos países do mundo no seminário em Gimborn

## 11ª FESTA DAS NAÇÕES IPA BRASIL PRESENTE



## FESTA DAS NAÇÕES PRAÇA DA LIBERDADE - SP



A International Police Association Brasil Section - IPA Brasil esteve presente na 11ª Festa das Nações que este ano se intitulou: FESTA DAS NAÇÕES PELA PAZ SUSTENTÁVEL.

O evento ocorreu na data de 20 de outubro, na Praça da Liberdade em São Paulo/SP. E lá se fez presente a IPA Brasil que, em parceria com a Coordenação do evento, montou a "barraca" da IPA Brasil, a qual recepcionou membros da entidade como também uma grande gama do público presente.



# Retrospectiva



A IPA Brasil, no evento, ministrou palestras relativas à segurança pública e distribuiu brindes e panfletos relativos à prevenção às drogas e de doenças sexualmente transmitidas.

No encerramento da Festa, que foi um show, a IPA Brasil foi homenageada pela coordenação do evento em razão de sua efetiva participação, o que veio a demonstrar a nossa representatividade de projeção nacional, objetivo da reengenharia da nova IPA no Brasil.

## IPA BRASIL E OLODM IPA Brasil e OLODM parceiros



**IPA BRASIL**



**OLODM**



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil assinou um Contrato de Parceria com o Grupo Cultural OLODM, com o objetivo de cooperação e apoio ao desenvolvimento de ações institucionais mediante a implementação de projetos, programas, ações sociais, eventos e atividades de interesse comuns de ambas instituições.

A assinatura do Contrato deu-se na Sede da IPA Brasil, na presença da área de assuntos sociais da Entidade e da presidência do Instituto IPA Brasil, juntamente com representantes da administração do OLODM. Esta relação contratual - assinada pelas mãos da presidência da IPA Brasil, na pessoa do presidente nacional Dr. Joel Zarpellon Mazo e do Vice-Presidente do Grupo Cultural OLODM, Sr. Marcelo Gentil Nascimento da Cruz -, veio a marcar um novo passo na gestão da IPA Brasil tanto na área de projetos inerentes a cultura nacional como nos direcionados ao social.

Após as assinaturas, o Vice-presidente do OLODM, Sr. Marcelo da Cruz, que estava representando a presidência do Grupo Cultural em razão da ausência do seu titular por motivos de saúde, foi enfático em dizer que esta parceria é um fato novo a sua instituição. E não só por ser a primeira parceria com instituição afeta a área policial e, sim, pela importância que a IPA Brasil tem neste contexto em que o OLODM opera, pois tem certeza que a presença da IPA ao lado do OLODM virá trazer uma representatividade bem



# Retrospectiva

maior do que os esforços que o Grupo Cultural já produziu. Ensejou suas palavras dizendo que o que a IPA faz na área social e cultural é algo irmanado ao que o OLODUM faz, e eis a razão de estarmos irmanados.

Para o Presidente da IPA Brasil “esta parceria que nestas assinaturas se firmam, é algo além de orgulho e satisfação, pois estarmos irmanados aos projetos e ações sociais do OLODUM, uma instituição que já tem cimentada a sua imagem tanto a nível nacional como internacional. Para nós, é muito mais do que podíamos imaginar neste nosso contexto de gestão. É tipo um sentimento inexplicável de reconhecimento que nossas ações são vistas neste sentido de crescimento irmanado. Ao ver a titularidade do nosso contrato padrão de parcerias, não posso deixar de dizer que até me sinto em melindre ao ver escrito neste presente, que é uma parceria entre a IPA Brasil e o OLODUM. Pois, tenho cá comigo que este título deveria estar invertido para o texto: Contrato de Parceria entre o OLODUM e a IPA Brasil. Encerro as minhas palavras dizendo que fica o nosso aceite para visitar a área cultural do OLODUM em Salvador/Bahia neste próximo ano. E antecipo o nosso especial convite para a diretoria do OLODUM para participar das nossas comemorações natalícias da Entidade em abril de 2019.



O OLODUM foi fundado em 25 de abril de 1979 como bloco afro carnavalesco em Salvador, na Bahia, como opção de lazer aos moradores do bairro Maciel-Pelourinho, garantindo-lhes assim, o direito de brincarem o carnaval em um bloco e de forma organizada. O Olodum é, atualmente, um grupo cultural, considerado uma organização não governamental (ONG) do movimento negro brasileiro e reconhecido como de utilidade pública pelo governo do Estado da Bahia. Tem sua sede localizada no Centro Histórico de Salvador, o Pelourinho. Atualmente, desenvolve ações de combate à discriminação social, estimula a autoestima e o orgulho dos afro-brasileiros, defende e luta para assegurar os direitos civis e humanos das pessoas marginalizadas, na Bahia e no Brasil.

## IPA BRASIL RECEBE HOMENAGEM DA ANSEF NACIONAL

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, foi homenageada pela Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal – ANSEF, em evento comemorativo aos seus 40 anos, promovido

no dia 23 de novembro de 2018, no belíssimo parque de eventos Unique Palace, sito no Setor de Clubes Sul em Brasília/DF, onde estiveram presentes inúmeras entidades classistas e o Diretor da Polícia Federal Brasileira, dentre outras autoridades de poder executivo, legislativo e judiciário nacional.



Na solenidade comemorativa, além do tradicional “sopro” nas velinhas, a entidade ANSEF outorgou seus ex-presidentes e pessoas que muito fizeram por ela, com o troféu comemorativo aos seus 40 anos, inclusive com homenagens póstumas. Também homenageou entidades parceiras que muitos fizeram para a ANSEF e diante dessas a International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, a qual foi representada pela pessoa do presidente da Entidade, Dr. Joel Zarpellon Mazo.



A outorga comemorativa foi uma belíssima obra de arte em bronze, com a data natalícia da entidade e contendo o seu emblema estilizando. A Obra foi produzida pelo artista cearense, o escultor José Pereira de Araújo Neto, que trabalhou 21 anos como motorista policial na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará. A obra de Araújo Neto leva o título de “ANSEF – 40 anos. A Casa de todos nós”. Lindíssima.





Em discurso, na cerimônia, o Diretor Geral da Polícia Federal, Dr. Rogério Galloro, não poupou elogios a ANSEF pela sua forma de atuar e de unificar a categoria policial federal. E disse que se sentia honrado em ter havido ajudado a ANSEF em suas gestões, sempre quando pode, pois, sempre viu que essa atuação era em prol do policial federal e da Polícia Federal.

O presidente da ANSEF, João Malaquias Antunes de Ribeiro Vasconcelos, foi tático ao dizer que a ANSEF deve a sua atual situação, graças aos esforços dos presidentes que o antecederam, seus membros e a entidades parceiras, pois é certo que sem isso não alcançaria o “status quo” em que a ANSEF hoje se encontra. Que desde a sua criação, até a presente data, muitas dificuldades foram ultrapassadas e, em razão disto, em nome da ANSEF, agradeceu a todos aqueles que proporcionaram a ANSEF chegar aos seus 40 anos como uma referência classista na polícia federal. E ressaltou que onde estiver a polícia federal, lá estará a ANSEF Nacional.

Em sua interlocução, o presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, disse que: “... há um bom tempo não participava de uma solenidade de comemoração tão “família” e “gostosa”, como foi o este evento da ANSEF - 40 anos. E, de fato o título da obra comemorativa do escultor cearense em que diz: “A Casa de todos nós”, foi demonstrado neste evento, pois justamente isto que se percebeu entre os convidados e participantes”. Parabenizou a ANSEF pelos seus 40 anos de fundação dizendo que é uma Entidade que deve ser tida como exemplo associativo.

## IPA BRASIL – CARTAS DE NATAL 2018.

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil desenvolveu pelo seu segundo ano consecutivo o seu o Projeto Social denominado: “CARTAS DE NATAL”, o qual neste ano foi desenvolvido em uma parceria com



a ANADEM (Sociedade Brasileira de Direitos Médicos e Bioéticos).

Neste Natal de 2018, conseguimos trazer 1.184 sorrisos na face de crianças carentes do País. Pois, foi com satisfação e sentimento de “missão natalina cumprida”, que conseguimos arrecadar esta quantidade de presentes natalinos solicitados pelas cartilhas de Natal de crianças de baixa renda que pedem ao Papai Noel o seu presente natalino. A exemplo da menina Valentina Matos de Souza Silva, de 06 anos, que escreveu: “Papai Noel, gostaria muito de receber de presente de natal um carrinho de bonecas, porque minha mãe me disse que tá muito difícil de dinheiro neste ano e me disse que veria se para o ano que vem poderia me dar o meu carrinho. Papai Noel, minha mãe é sozinha eu não tenho pai, mas, tenho 04 irmãos que só estudam, não trabalham. Foi comportada e educada neste ano e gostaria muito do carrinho de boneca, pois colocaria nele a boneca que ganhei no ano passado de você. Beijão Papai Noel.”





# NOVA SEDE NACIONAL DA IPA NO BRASIL

No terceiro ano Phoenix da IPA Brasil, concluiu-se mais um dos importantes pontos elencados no Plano Estratégico de Gestão da Entidade, diante da reengenharia total que se desencadeou na sua estrutura administrativa, organizacional, jurídica, física e de gestão, este, a nova Sede Nacional da International Police Association Brasil Section – IPA Brasil.

A Sede Nacional da IPA Brasil situa-se em definitivo, em conformidade com o que prescreve o Estatuto Nacional da Entidade, na capital do Brasil, a cidade de Brasília, no Distrito Federal, em nobilíssimo endereço sito no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 02, Bloco “J”, Sala 107, mezanino do Hotel Bonaparte, com o CEP 70.322-901, em aproximadamente 50 metros do Eixo Monumental do Plano Piloto da capital.

A Sede com os seus 200 metros quadrados de área útil comporta além da área receptiva, sala de reuniões e cozinha, mais 07 amplas salas que recebem a estrutura administrativa da Entidade Nacional, concluindo com uma ampla garagem para atendimento aos veículos da administração e dos associados. Na área do mezanino da Sede da IPA Brasil se encontram também, a IPA Travel Brasil, a IPA Brasil Designer, A IPA Brasil Advocacia e a IPA Hotel Brasil/ Brasília, este último inerente uma parceria com o belíssimo Hotel Bonaparte (★★★★) e residencial

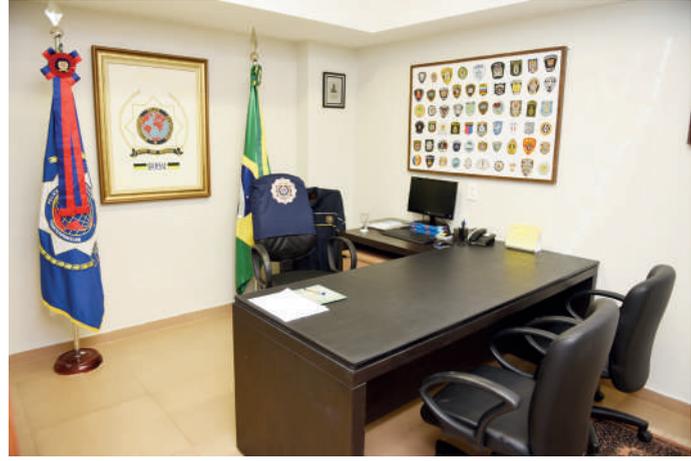
Bonaparte, em que possuímos membros da IPA Brasil residentes.

Concluída esta etapa do Plano Estratégico IPA Brasil, já se encontra em processo de aquisição das Sedes das Regionais da IPA Brasil dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que se materializarão ainda no presente ano.

Para o presidente da IPA no Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, em pronunciamento quando do descerramento das portas da Sede Nacional da IPA Brasil, disse: ... neste momento, ao puxar a fita verde-amarela simbolizando a “inauguração” da nossa Sede Nacional, não posso deixar de ressaltar que esta fita simboliza também o cumprimento de mais uma etapa de nosso Plano Estratégico de Gestão que vem reestruturando em totalidade a IPA no Brasil. Sinto-me com este ato vendo o nosso elencado símbolo de trabalho, a Phoenix, se materializando como manifesta a sua história grega, belíssima. Externo o meu profundo agradecimento a todos os membros e parceiros que nesta etapa e período, colocaram o seu desempenho e denodo para que nossos objetivos concretizem, e mais, vejo com orgulho a intensidade com que todos estão ao envolvidos neste processo. Concluo dizendo, que sim, neste momento vejo a nova IPA do Brasil ser uma realidade e sem volta. Vida longa para a IPA Brasil. Servo Per Amikeco.”



# Nova Sede



**NO BRASIL,  
O AGRONEGÓCIO  
É RESPONSÁVEL POR**

**1  
EM CADA  
3  
EMPREGOS**

\* Com exceção das avaliações/provas, que deverão ser realizadas presencialmente no Polo ao qual aluno está vinculado (2x por semestre).

**FAÇA UM DOS NOSSOS CURSOS E  
COMECE UMA CARREIRA NO SETOR  
QUE MAIS CRESCE NO PAÍS**

**100%  
A DISTÂNCIA  
ON LINE\***



**Faculdade  
CNA**



## GRADUAÇÃO EaD

GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSOS GERENCIAIS

GESTÃO AMBIENTAL

INSCRIÇÕES ABERTAS!

SAIBA MAIS:  
[faculdadecna.com.br](http://faculdadecna.com.br)

 61.99845 7261

0800 718 107

# ANIVERSÁRIO DE 57 ANOS DA IPA NO BRASIL



# IPA Brasil: 57 Anos



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil comemorou, neste dia 17 de abril de 2019, o seu aniversário de 57 anos de IPA no Brasil e, também, o início do seu ano Phoenix III, correspondente a reengenharia total pela qual passa a Entidade brasileira.

O evento comemorativo ocorreu no elegantíssimo salão de eventos Espaço da Corte, em Brasília/DF, e contou com a presença de inúmeras autoridades nacionais, a exemplo da nossa querida Ministra da Agricultura, Dra. Tereza Cristina, além de diversos Senadores, Deputados Federais, membros da segurança pública nacional e da IPA no Brasil. Os cadetes do Corpo de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal formaram o jarrão que prestou homenagens as autoridades à medida em que ingressaram o recinto. O Hino Nacional Brasileiro foi entoado pelo Coral dos Delegados de Polícia Federal e o Hino da IPA pelo clarinete do Maestro Ademir Junior da Orquestra IPA Brasil, o qual abrilhantou a festa. O show lírico do grupo “Dinner Nigth” encerrou o evento em indiscutível sucesso.

Na solenidade comemorativa discursou o presidente da Entidade no Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, que foi taxativo em dizer que a reengenharia da entidade está chegando ao final e que a nova IPA do Brasil é um fato concretizado. A IPA Brasil outorgou, no evento, autoridades institucionais e corporativas em agradecimento pelo que fizeram e fazem pela instituição IPA e pelo policial brasileiro, ato de muita emoção aos outorgados. No momento solene, a IPA do Brasil comemorou também o aniversário de 75 anos da Polícia Federal brasileira, ocorrido em 28 de março do corrente ano, onde seus ex-Diretores Gerais foram condecorados pelos seus serviços pela instituição. Drones do projeto: a Polícia do Futuro da IPA Brasil circulou no salão sobre as cabeças dos convidados, trazendo a bandeirola de Feliz aniversário IPA Brasil. De fato, foi uma noite especial. Os associados poderão rememorar a comemoração dos 57 anos da IPA no Brasil assistindo o vídeo do evento na TV IPA Brasil no Portal da Entidade ([www.ipa-brasil.org](http://www.ipa-brasil.org)).

Ano Phoenix III – IPA Brasil (o Vôo).



# IPA Brasil

# ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

*Audiência Pública no Senado Federal Brasileiro*



**A** International Police Association Brasil Section – IPA Brasil fez-se presente na Audiência Pública do dia 29 de maio de 2019, na Plenária nº 06 do Senado Federal do Brasil, mediante convite nº35/2019 Req. 47/2019 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa daquela Casa Legislativa, para debater sobre o tema: “Armamento da População”.



Senado Federal  
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

**CONVITE Nº 35/2019 REQ 47/2019**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA DIA 29/05/2019**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizará no dia 29 de maio de 2019, quarta-feira, às 9 horas, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, Audiência Pública, para debater sobre: “Armamento da População”, para a qual gostaríamos de contar com sua presença para compor a mesa de debates.

Necessário confirmar presença ou nome completo de eventual representante, pelo e-mail: [cdh@senado.leg.br](mailto:cdh@senado.leg.br).

Senador Paulo Paim  
Presidente



A IPA Brasil, representada pelo seu presidente, Dr. Joel Zarpellon Mazo, cientificado o Bureau Executivo Internacional (IEB), compôs a mesa de debates sob e presidência do Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Girão, conjuntamente com: o Dr. Leonardo



Santana da Rede Justiça Criminal; a Dra. Isabel Figueiredo representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; o Dr. Felipe Angeli do Instituto Sou da Paz; e o Dr. Nazareno Feitosa do Movimento Vida em Paz.



O debate, com uma plenária lotada de membros do parlamento brasileiro e convidados, foi televisionado ao vivo pela Rede de TV Senado e associadas e aberto para questionamento do público via sistema interno do Senado. Demonstrou-se, assim, o interesse nacional na matéria em razão do grande número de participantes oriundos de diversos estados brasi-

leiros, a exemplo: da Sra. Ana Cristina, de São Paulo; de Danilo Mendes, do Distrito Federal; Giovane Ramos, do Rio de Janeiro; Daniel Marobin, do Rio Grande do Sul; Luiz Gabriel, do Amazonas; Arivando Pereira, da Bahia; Carina Souza, do Ceará; Dilson Vicente, do Espírito Santo; Jonas Márcio, de Minas Gerais e outros.



A IPA no Brasil se posicionou em conformidade com o teor da matéria pertinente que abaixo segue, a qual teve uma grande convergência diante do interesse da população nacional e, majoritariamente, da essência da segurança pública brasileira, encimado nos manifestos na audiência.

## ARMAMENTO DA POPULAÇÃO.

Segundo a mitologia grega, no início habitava neste mundo apenas deuses imortais e os deuses quiseram criar seres para povoar a terra. Zeus, o supremo, para este trabalho encarregou os filhos do titã Jápeto, que dotaram de graças e forças as criaturas terrenas. Epi-





*Handwritten signature*



meteu pediu a seu irmão Prometeu que o deixasse distribuir os dons entre os seres terrestres e deu a cada animal um dom: a beleza a um, a outro o poder, a outra a velocidade, a outro a corpulência, a outro a sagacidade, e assim por diante, deixando o homem para último, restando-lhe a nudez, ficando o ser humano indefeso e desarmado. Prometeu, o amigo do homem, vendo a injustiça que foi cometida, roubou o fogo de Hefesto, oferecendo-o ao homem para se aquecer e viver melhor. Tentando corrigir o erro de Epimeteu, roubou a sabedoria de Atena e concedeu ao homem a lógica. Os atos de Prometeu foram em uma pura intenção para que o homem pudesse sobreviver, em suma, o direito à vida.

Com a lógica, o ser humano dominou os demais. Pois, a racionalidade, dentre outras ações, forneceu a estratégia e a confecção de armas. Está última, veio a igualá-lo diante do seu próprio meio social.

O ser humano, acima do Direito Positivo tem o Direito Natural como a mola mestra de todos os outros direitos, e as mais importantes destes é o direito à vida. William Blackstone, jurista britânico, afirmou que "*o principal objetivo da sociedade é proteger os indivíduos no usufruto de seus direitos absolutos, que lhes foram investidos pelas leis imutáveis da natureza.*".

Conforme a Constituição Brasileira de 1988, diante dos direitos fundamentais ali inseridos, podemos enumerar como o principal direito fundamental, na seara jurídica elencado, o direito à vida. O que vem significar que o indivíduo desta sociedade tem o direito de não ter sua integridade física ameaçada ou violada. Assim, antes de proteger qualquer outro direito, é dever do Estado se preocupar com aquele que é o mais importante: o direito à vida. Pois sem este, todos os demais deixam de ter fundamento.

Atualmente, a ineficácia do Estado Brasileiro no combate à criminalidade é cada dia mais evidente. A falta de uma política própria e de investimentos nas questões preventivas e repressivas, a ausência de fiscalização e de efetivo combate à prática delituosa têm gerado um crescimento exponencial do número de delitos. E, com resultado desses delitos, à extirpação da vida humana, como constata o 12º Anuário de Segurança Pública, no qual consta que 175 pessoas morreram a cada dia no ano de 2017, em decorrência de mortes violentas intencionais. Esses dados representam um total de 63.880 mortes, o maior número desde 2013, quando teve início a série histórica realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A partir dos números, é possível calcular que, neste contexto, para cada 100 mil brasileiros, 30,8 foram mortos em 2017.

Concomitante a esta situação, legislações de controle de armas impostas pelo governo negam ao indivíduo a posse de meios de defender a própria vida, em uma flagrante violação a um direito natural das pessoas, o direito de defesa à vida. Pervertem a natureza das instituições humanas que, num arranjo natural, teriam na preservação deste direito sua principal razão de ser, argumento ético suficiente para encerrar qualquer polêmica na questão, além do fato de que o armamento da população a torna mais segura.

Encimados em pesquisas e fatos correntes, os 8 estados americanos com mais restrições à posse de armas possuem um índice de homicídio com armas de fogo per capita 60% maior do que os 8 estados americanos menos restritivos (Gun violence in the United States by state – Wikipedia e Gun-Control Laws = 60% More Gun Murders, By David Franke). Os 9 países europeus com menos armas de fogo por habitante apresentam uma taxa de homicídios per capita três vezes maior que os 9 países europeus com mais armas de fogo por habitante ([www.law.harvard.edu/students/orgs/jlpp/vol 30](http://www.law.harvard.edu/students/orgs/jlpp/vol%2030), páginas 688 e 689). Poder-se-ia argumentar que o armamento civil é uma variável irrelevante diante de diferenças históricas, políticas e culturais. Mas, a recorrente e abrupta elevação da criminalidade resultante da promulgação de legislações de controle de armas prova o contrário.

Levantamento gráfico (abaixo) mostram a série histórica de assassinatos por 100 mil habitantes da Irlanda e da Jamaica, respectivamente, em que a linha vertical indica o ano em que armas de fogo foram efetivamente abolidas para civis.

Basta que haja imposição de dificuldades para a obtenção de armas para que este efeito seja observado, ainda que não haja um completo banimento. Os nove anos seguintes à introdução do Estatuto do Desarmamento no Brasil, em 2003, apresentam uma taxa de homicídios 1,36% maior que os nove anos anteriores. A porcentagem de homicídios praticados com armas de fogo aumentou de 66,23% para 70,83%. ([https://www.defesa.org/cat/estatistica-e-ciencia-Active Shooter Incidents in the United States in 2016 and 2017](https://www.defesa.org/cat/estatistica-e-ciencia-Active-Shooter-Incidents-in-the-United-States-in-2016-and-2017)).

A teoria econômica explica esses dados. Se o governo impede o comércio e a posse de armas de fogo, as pessoas de bem têm seu acesso ao armamento dificultado. Colocado na clandestinidade, o setor se torna hostil à concorrência e é dominado por ofertantes e compradores agressivos e inescrupulosos. Em outras palavras, os bandidos monopolizam as armas. A maior probabilidade de que suas vítimas estejam desarmadas diminui o risco inerente à prática de ações criminosas.



Uma pesquisa do Departamento de Justiça dos EUA (National Criminal Justice Reference Service), realizada com criminosos, indicou que 74% concordam que ladrões evitam entrar em residências ocupadas por medo de serem alvejados. E, 57% deles concordam que bandidos têm mais medo de enfrentar uma vítima armada do que de enfrentar a polícia.

As mulheres são as maiores vítimas do desarmamento. As tentativas de estupro são consumadas 32% das vezes, mas o índice cai para 3% quando a vítima está armada ([www.ncjrs.gov](http://www.ncjrs.gov)). A proteção adicional que uma arma de fogo oferece para uma mulher é enorme, impondo maiores custos às ações criminosas contra mulheres em geral. Com efeito, dados criminalísticos indicam que uma mulher armada adicional aumenta a segurança da população feminina a uma taxa maior do que um homem a mais armado aumenta a segurança da população masculina ([www.amazon.com/More-Guns-Less-Crime-Understanding](http://www.amazon.com/More-Guns-Less-Crime-Understanding), página 66). No Reino Unido, um dos países com maiores restrições ao armamento civil, a taxa de estupros per capita é 125% maior que nos EUA, país com maior número de armas por habitante do mundo ([www.nationmaster.com/country-info/stats/Crime/Rape-victims](http://www.nationmaster.com/country-info/stats/Crime/Rape-victims)). As mulheres americanas utilizam armas de fogo 200 mil vezes por ano para se defenderem de crimes sexuais (<http://the-truthwins.com/archives/you-wont-believe-the-crazy-things-that-are-being-said-about-gun-owners>).

Esta vocação defensiva das armas de fogo deve ser ressaltada. Anualmente, nos EUA, 2,5 milhões de inocentes fazem uso das armas de fogo para se protegerem de ataques. Ao passo que o recorde anual de crimes com armas de fogo foi de 847.952. Dentre todos os casos de emprego defensivo das armas de fogo, em apenas 1 milésimo das vezes utiliza-se força letal ([HTTPS://concealedguns.cefiles/kleckarmed.pdf](https://concealedguns.cefiles/kleckarmed.pdf), páginas 169, 181, 184). Isso destrói o argumento de que pequenas querelas interpessoais resultariam em um tiroteio — afinal, nem mesmo a legítima defesa armada contra criminosos costuma envolver disparos. Como disse o escritor Robert Heilein, "uma sociedade armada é uma sociedade educada". E se não for, se torna.

De fato, nos EUA, há 80 vezes mais emprego civil de armas de fogo para prevenir crimes do que mortes por armas de fogo, incluindo acidentes e suicídios. Estes, aliás, respondem por 61% destes óbitos (Gun violence in the United States by state – Wikipedia). E, se um suicida estiver determinado a morrer, não vai ser o controle de armas que o impedirá.

## ACIDENTES COM ARMAMENTO

Acidentes com armamento, podemos considerar que são muito raros, embora gerem um grande alarde. Porém, dentre todos os acidentes fatais nos EUA, apenas 0,43% são causados por armas de fogo, embora haja 0,9 dessas ferramentas por habitante. Ainda que consideremos apenas as vítimas fatais menores de 14 anos, menos treinadas e mais propensas a brincar indevidamente com armas de fogo, o índice permanece baixo: 0,6% (<https://www.nssf.org>). Ressalte-se que esses acidentes são causados principalmente por negligência dos pais em relação à segurança do armamento e pela ausência de familiarização da criança com tamanho poder de fogo. Por mitigar esses dois fatores, uma cultura mais armamentista reduz drasticamente a taxa de acidentes. Nela, os filhos aprendem desde cedo a respeitar esses poderosos instrumentos e os pais acatam e impõe normas tácitas e formais de segurança, incentivando o senso de responsabilidade moral das crianças. Talvez isso explique porque o Brasil tem quase o dobro de acidentes com armas de fogo per capita do que a Suíça, embora tenha 5,7 vezes menos armas por habitante. Instrução de tiro infantil é uma tradição suíça (List of countries by firearm-related death rate/Estimated number of civilian guns per capita by country/ [https://www.mises.org.br/Article- Como o porte irrestrito de armas garantiu a liberdade dos suíços- From Wikipedia](https://www.mises.org.br/Article-Como_o_porte_irrestrito_de_armas_garantiu_a_liberdade_dos_suíços-From_Wikipedia)).

Ainda assim, entre 2003 e 2012, as armas de fogo nas mãos da população brasileira (estimadas entre 10 e 16 milhões) causaram apenas 0,7% das mortes acidentais de menores de 12 anos, em todo o país. Embora cada uma dessas 353 mortes seja uma tragédia irreparável (<https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/ciencias-sociais/ciencias-politicas/mentiram-para-mim-sobre-o-desarmamento>, páginas 92 e 93), uma arma tem 18 vezes menos chances de matar uma criança acidentalmente, no Brasil, do que uma piscina (<https://criançassegura.org/afogamentos>). O artigo utiliza a estimativa de 2 milhões de piscinas no Brasil, disponível em diversos sites de empresas do setor).

## MASS SHOOTINGS

A mídia, infelizmente, promove verdadeiro “show” quando ocorrem assassinatos em massa praticados com armas de fogo (mass shootings). E muitos, aproveitando a população comovida e em choque, se utilizam de discursos demagógicos de controle às



armas como solução, sem possuir a fundamentação econômica e estatística para promoção de tamanhas falácias. Assassinos em massa têm como objetivo matar pessoas. Isto pode ser feito com armas brancas, armas de fogo de fabricação caseira, armas de fogo contrabandeadas, veneno no suprimento de água, sabotagem contra estruturas prediais, veículos pesados, gases tóxicos nos dutos de ar, seringas contaminadas ou atentados com explosivos improvisados, algo muito mais comum no mundo que os mass shootings. O desarmamento apenas impedirá que os inocentes obtenham meios de defesa contra esses facínoras. A sociedade moderna protege quartéis, corporações, tribunais, prédios do governo e políticos com armamento pesado. Mas, desampara as crianças com uma placa na porta da escola com os dizeres "proibido o porte de armas". Não há registro de assassinos que tenham respeitado tais avisos.

Entre 1977 e 1995, nos EUA, houve 16 mass shootings em escolas. Apenas um deles aconteceu em um estado que permitia a posse civil de armas de fogo. Neste episódio, 3 pessoas foram atingidas, uma fatalmente. Nos outros 15 eventos, dentre mortos e feridos, 118 pessoas foram alvejadas, o que resulta em uma média de quase 8 baixas por ataque. Em relação a períodos anteriores, estados que passaram a permitir o armamento civil obtiveram uma redução de 69% no índice de vítimas fatais de mass shootings per capita. (<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm>, página 5- Multiple Victim Public Shootings, e página 100). Civis armados são mais eficientes do que a polícia em impedir essas tragédias. Mass shootings interrompidos pela polícia possuem uma média de 14,29 vítimas fatais. Mas quando um civil armado detém o crime, esta média cai para apenas 2,33 (<http://dailyanarchist.com/2012/07/31/auditing-shooting-rampage-statistics>).

## ARMAMENTO CIVIL



A superioridade do armamento civil em relação aos serviços estatais de policiamento é simples de ser explicada. Civis possuem mais interesse do que a polícia na segurança própria, de seus entes queridos e

de suas comunidades. Além disso, a vítima está, por definição, presente no local do crime e poderá atuar imediatamente. Os policiais agirão apenas após algum tempo, se agirem.



Com efeito, civis armados em legítima defesa conseguem capturar, matar, ferir ou afugentar criminosos em 75% dos confrontos. A taxa de sucesso da polícia é de 61%. Em 1981, na Califórnia, cidadãos armados mataram 126 bandidos em ação, contra 68 mortos pela polícia (<https://misses.org/sites/default/files>). Pode-se concluir que boa parte da eficiência do armamento civil resulta da divisão de trabalho entre a população em geral e agentes profissionais de segurança.

Se o governo visasse a segurança do povo, facilitaria ao máximo o armamento civil. Mas, o objetivo estatal é o controle. Controle de armas não diz respeito a armas, mas sim a pessoas. As armas continuam existindo nas mãos dos criminosos convencionais e do estado. Esta assimetria de poder é extremamente desvantajosa para o homem comum. NO entanto, o governo tenta convencê-lo de que ela é necessária para sua segurança e cria uma exclusividade ao crime organizado.

O armamento civil pode ser a única chance de manutenção da ordem e de sobrevivência de pessoas boas e honestas durante situações de crise, a exemplo dos Distúrbios de Los Angeles, em 1992, onde saques, incêndios, tumultos e confrontos aterrorizaram a cidade por 6 dias. Diante da ameaça, comerciantes coreanos em Koreatown armaram-se com escopetas e fuzis para defender seus negócios contra as turbas ensandecidas. Enquanto bairros vizinhos ardiam em chamas, Koreatown manteve-se a salvo.

Foi com armamento que civis combateram e venceram tropas regulares militarmente superiores em diversos momentos da História, como nas Batalhas de Lexington e Concord, que iniciaram a Guerra Revolucionária Americana e nos levantes da resistência judaica contra os nazistas.

## **O ARMAMENTO CIVIL E O ESTADO**

O armamento civil possui, subjetivamente, a mais importante e estratégica função de manutenção do estado democrático de direito, pois uma população armada é a última barreira física que separa uma sociedade do totalitarismo. O processo de expansão do leviatã estatal inclui propaganda e doutrinação ideológica para moldar o comportamento de massas. Porém, somente a consolidação de uma assimetria armamentista permite que os governos centrais vençam a resistência do indivíduo e nulifiquem autonomias localistas. O historiador Carroll Quigley nos mostra como a dispersão do poder militar manteve a estrutura política do medievo ocidental, relativamente descentralizada entre o Século VIII e meados do Século XI. A crescente disparidade de

forças teria levado à formação de uma hierarquia política baseada em poderio bélico ([HTTPS://www.carrollquigley.net/pdf/weapons systems and political stability](https://www.carrollquigley.net/pdf/weapons%20systems%20and%20political%20stability)). A manutenção do senhorialismo feudal, um sistema coletivista em que os camponeses eram espoliados pelos nobres, era garantida por um constante esforço de controle de armas que visava a impedir o acesso dos camponeses a armas como arcos e bestas. No Japão feudal, civis eram autorizados a carregar espadas para autodefesa. Mas, nos anos finais do Período Sengoku (1467-1603), fase marcada por guerras e levantes, os daimyos (senhores feudais) vitoriosos acumularam um poder político colossal. Para garantir suas posições, esses líderes ordenaram que suas tropas confiscassem as armas dos civis nas chamadas Caça às Espadas.

O controle de armas como ferramenta de poder também pode ser observado no Brasil. As Ordenações Filipinas, promulgadas no Século XVII por Filipe II da Espanha, durante a União Ibérica, regulava os tipos de armas que cada classe de pessoas poderia portar. O objetivo era impedir emancipação colonial. A fabricação de armas no Brasil colônia era punida com a morte. A independência, em 1822, foi facilitada pela ação de milícias autônomas compostas por cidadãos armados.

No Brasil Império, o regente Diogo Antônio Feijó, que assumiu o cargo em 1835 e que temia o poder da população, buscou a dissolução dessas milícias e efetivou a Guarda Nacional. Seu objetivo era o fortalecimento do poder central. O porte de armas era proibido para índios e negros (exceto capitães-do-mato), evidenciando que o propósito do desarmamento era a opressão do grupo vitimado e não sua segurança, a exemplo da imposição de restrições de calibres, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, em reação à Revolução Constitucionalista de 1932.

## **O DESARMAMENTO E GENOCÍDIO**

A História nos mostra que os monopólios do poder de fogo, principalmente aqueles controlados pelo estado, instituição que assassinou diretamente 1 em cada 20 seres humanos falecidos no século XX. Conforme demonstra uma estimativa do número de pessoas falecidas neste período, feita pelo site Necrometrics (<http://necrometrics.com/all20c.htm>), verdadeiro conceito de demócídio - termo cunhado pelo cientista político R.J. Rummel - definido como o assassinio de uma pessoa pelo seu governo, onde inclui genocídios, politicídios e assassinatos em massa. Mas exclui mortes em ações contra alvos militares, execuções penais e surtos de fome resultantes de ingerência socialista.



O Império Otomano desarmou o povo armênio antes da limpeza étnica de 1895-1897. Um atroz confisco de armas com minuciosas buscas dentro dos lares precedeu o Genocídio Armênio de 1915-1917.

### REGISTROS DE ARMAS

Os registros de armas efetuados na República de Weimar em 1928 foram utilizados por Adolf Hitler para acelerar os confiscos a partir de 1933. O führer afirmou que "o maior erro que poderia ter feito seria permitir que raças submissas possuíssem armas". O resultado foi o Holocausto. Os ditadores comunistas Nicolae Ceausescu, da Romênia, e Fidel Castro, de Cuba, também confiscaram armas previamente registradas por regimes anteriores (<https://www.defesa.org/breve-historia-do-desarmamento-parte-3-controle-de-armas-no-mundo-comunista-o-leste-europeu-e-cuba/>). Há outros fãs notáveis do controle de armas, como os ditadores Pol Pot, que matou 2 milhões de pessoas no Camboja, e Idi Amin, que matou 300 mil cristãos em Uganda (<https://www.amazon.com/Death-Gun-Control-Victim-Disarmament>). Mao Tsé-Tung banuiu completamente o armamento civil em 1957, implantando a partir daí o Grande Salto Para a Frente (1958-1961), uma campanha de coletivização lançada pelo Partido Comunista da China que envolveu torturas e execuções. Dezenas de milhões de chineses foram vitimados, inclusive por surtos de fome. Controle de armas significa monopólio das armas pelo estado. Como o próprio Mao disse, em um discurso, "todo o poder político emana do cano de uma arma", acrescentando que seu princípio era o de que "o Partido Comunista comande a arma, e a arma jamais poderá comandar o Partido". Logo depois, afirmou que as armas dos comunistas russos trouxeram o socialismo (<https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2>).

Em abril de 1918, o governo bolchevique, liderado por Lenin, ordenou o registro das armas civis. Em outubro, teve início o recolhimento. Em 1925, o ditador Joseph Stalin instituiu punições duras contra o porte de armas não-autorizado e chegou a proibir facas em 1935. As consequências foram tenebrosas. Em 1929, teve início o genocídio dos kulaks (termo pejorativo soviético para se referir à uma classe de fazendeiros proprietários de terra) na Ucrânia, causando surtos de fome. Em 1936, Stalin conduziu o Grande Expurgo, um período de repressão sem precedentes, com execuções sumárias e perseguições a camponeses e inimigos políticos. Entre 1929 e 1953, 20 milhões de russos foram exterminados.

### CONCLUSÃO

Apesar de evidências a favor do armamento civil, os governantes apregoam que armas não propiciam segurança. Mas, não se deslocam sem seguranças fortemente armados. Celebidades progressistas fazem campanha para que famílias comuns se desarmem. No entanto, não aplicam o mesmo princípio aos seus onerosos servidos de seguranças particulares. A insistência do establishment em afirmar que o desarmamento torna uma sociedade mais segura, é uma clara aplicação de técnicas goebelianas de propaganda: repetir um conceito de forma superficial e vulgar voltada para as massas, para as quais não disponibilizam a capacidade de reflexão profunda. E, assim, conceitos difundidos são tomados como verdades inquestionáveis.

Defender a vida própria e de terceiros é um dever moral e um direito natural. Como demonstrou São Tomás de Aquino, é natural dos seres humanos preservar sua existência. Consequentemente, impedir o acesso aos meios de defesa é um atentado à natureza humana. A liberdade de se armar é intrínseca ao homem. Governos não podem dar algo que já é naturalmente do homem, mas podem retirar. Isto significa que armas servem não apenas para defender vida e propriedade, mas também para defender o direito de continuar possuindo esses efetivos dispositivos de segurança.

Entendemos que, se o Estado deseja agir para a efetiva segurança de sua essência, o seu povo, na questão armamento, que promova os seus controles no que de fato mata, a bala (munição). Pois, é através desta que poderá se chegar em materialidade aos reais autores de uso indevido do armamento, mera peça de um mecanismo, sem eficácia, sem a munição. O que mata é a bala.



# A IPA BRASIL E O DOCUMENTO NACIONAL DO ESTUDANTE BRASILEIRO



No Brasil, sob o amparo das leis federais n. 12.852 e n. 12.933, o portador do Documento Nacional do Estudante (Carteira Estudantil) terá o direito de ser reconhecido como estudante e, desta forma, ter acesso a todas vantagens e benefícios concedidos aos estudantes, na forma das legislações vigentes em níveis federal, estadual e municipal. Entre tais benefícios, cita-se: pagamento de metade do preço para o ingresso em estabelecimentos de diversão, eventos culturais, esportivos e de lazer; e o acesso às vantagens e benefícios exclusivos dos portadores do Documento Nacional do Estudante oferecidos pelos Parceiros da mesma, tais como descontos, prêmios e promoções.

Assim, a antiga carteirinha estudantil, que agora é um Documento, possui um único padrão nacional com segurança física e digital. Uma base de dados nacional foi integrada para que os estabelecimentos culturais, esportivos e outros possam consultar a validade do documento, garantindo muito mais segurança. Foi deste diapasão que a INTERNACIONAL POLICE ASSOCIATION BRASIL SECTION – IPA Brasil fechou um Contrato de Parceria com INSTITUTO DE DEFESA DO ESTUDANTE DO BRASIL – IADES BRASIL, no sentido de permitir a utilização da logomarca oficial da Entidade nas carteiras estudantis produzidas pelo Instituto.





A assinatura do Contrato ocorreu em 19 de fevereiro de 2019, na Sede da IPA Brasil, onde se encontravam presentes a Diretoria do IADES BRASIL e membros da IPA Brasil, que se confraternizaram pela parceria efetivada. “Ver esta associação (IPA do Brasil) presente efetivamente no Documento Oficial do estudante brasileiro emitido pelo IADES, através de seu emblema oficial, é muito mais que uma garantia de legitimidade da carteira estudantil nacional. É de fato uma representatividade ao documento que transpõe nossas fronteiras nacionais e traz uma seriedade maior a este documento que tanto beneficia o estudante brasileiro. Sou grato a IPA no Brasil pela sua compreensão e en-

tendimento do nosso pleito nesta parceria que se firma para o bem social do País”. Assim manifestou-se o presidente do IADES BRASIL, Francisco Carlos Rodrigues, no ato solene das assinaturas.

A aposição da logomarca oficial da INTERNACIONAL POLICE ASSOCIATION BRASIL SECTION – IPA Brasil nas carteiras estudantis, em conformidade com as regras nacionais e internacionais existentes no contexto trouxe a todos os associados da IPA BRASIL, em contrapartida decorrente da parceria, as benesses concedidas aos associados do IADES BRASIL, no que tange a inúmeras áreas assistências relativas ao estudante do Brasil. Ver o emblema oficial da IPA Brasil acostado nas identidades estudantis do País é algo que se manifesta além de estar estupefato, pois tal fato supera qualquer pensamento de referência de representatividade de uma instituição correlata a nossa. Ao assinar este contrato com o Instituto (IADES BRASIL), diante das reciprocidades e os objetivos de ambas Entidades a serem desenvolvidos nesta parceria, fica a certeza e alento que a nova IPA do Brasil de fato alcançou um reconhecimento digno do que ela representa diante de seu princípio basilar manifesto no idioma Esperanto em seu emblema oficial: “Servo Per Amikeco”. Disse o presidente da IPA Brasil, durante o ato solene das assinaturas da parceria IPA Brasil e IADES BRASIL.

# IPA Brasil e IPA Israel



## IPA Brasil e IPA Israel



Em caráter oficial pela IPA Brasil, os Associados policiais da Entidade - Diogo Deleuze e Ana Beatriz Fuchs, da circunscrição da IPA Brasil no Estado do Rio de Janeiro - estiveram, no período de 27 de abril a 07 de maio de 2019, no Estado de Israel, objetivando relações de conhecimento de provimentos de ações policiais, correlatas a ambos países.

Deleuze e Ana Beatriz foram ciceroneados pelo associado da IPA Israel, Yosi Grosberg, que se deslocou 60 km de sua cidade natal até o aeroporto para recepcionar os colegas brasileiros e, gentilmente, os levou para conhecer vários departamentos de Polícia Israelense, dentre estes, unidades especiais como o canil e a cavalaria nas proximidades de Jerusalém. Também os levou para conhecer unidades da polícia de fronteiras, onde tiveram a possibilidade de conhecer os equipamentos e locais de atuação daquela polícia.

O encontro entre os representantes da IPA Brasil e consequentemente da Polícia Brasileira, com os membros da IPA Israel e Policiais Israelenses, ocorreu de forma tão amigável e cortes que vem trazer de fato o nosso sentimento o que é o sentimento de integração da nossa IPA, tanto que a troca de conhecimentos, por certo, vira em muito auxiliar ambas polícias.

Na palavra do colega Deleuze “a presteza da IPA Israel foi tão grande e tão gentil que além de inúmeras trocas de presentes, forneceu-nos até um celular local para que os brasileiros tivessem acesso à internet e pudessem fazer ligações locais durante a viagem. Nos sentimos inseridos em um sentimento de relação fraterna que veio materializar este princípio e espírito basilar da Entidade IPA, ou seja, o “Servo per Amikeco” (Serviço através da Amizade).



# IPA BRASIL E O PROJETO CANINÓPOLIS



### O QUE É O CANINÓPOLIS.

Em 2017, Rafael Frota e Renato Blanco, dois publicitários brasilienses, deram vida ao projeto Caninópolis, uma produção que conta a história do cachorro Otto e seus amiguinhos. Com músicas originais, clipes animados e versões que grudam na cabeça de quem escuta, a animação aborda diversos assuntos como amizade, família e as melhores lembranças da infância.

Lançada inicialmente no Youtube, a produção já ultrapassou 5 milhões de visualizações em pouco mais de um ano e busca o protagonismo em uma região que tem poucas novidades no segmento. “A produção ainda não tem patrocínio e todo o investimento é nosso. Além disso, aqui no Centro-Oeste, ainda não existe nenhuma iniciativa parecida, o que dificulta na busca de patrocinadores”, explicou Rafael, ao ser questionado

sobre o custo do projeto. Embora o Caninópolis tenha recebido alguns convites para mudar de endereço, os publicitários têm planos mais ambiciosos para o Projeto Caninópolis. “Já recebemos convites para mudar nossa estrutura para a cidade de São Paulo, mas isso não faz parte do nosso planejamento. Queremos fazer história aqui na nossa cidade, Brasília, a capital do País”, argumenta Frota.

Com a primeira edição do Cani-



# Projeto Caninópolis

nópolis lançada com absoluto sucesso, o projeto buscou novos horizontes no contexto das séries do Caninópolis, os quais surgiram quando procurados pela Associação Internacional de Polícia no Brasil (International Police Association Brasil Section – IPA Brasil) em busca de uma representatividade do segmento policial na produção dos cliques, encimado em uma argumentação que revelou-se em um “plus” que faltava para as ações no Caninópolis. E, disto resultou a criação de Mike, o cão policial, que veio formar-se em uma representação da IPA Brasil, uma Entidade que representa todos os policiais brasileiros.

No contexto idealizado por Rafael e Renato, Mike, é um cão policial que representa a figura da lei e da ordem na série. De forma heroica e altruísta, ele resolve todos os problemas que os protagonistas se envolvem e apresenta um personagem para um público no sentido de conscientizar que soluções devem ser tratadas por profissionais, especialistas, para que o desconhecimento de uma conduta correta não acarrete maiores danos.

De acordo com Rafael, o policial Mike representa a organização no universo idealizado por eles. “Hoje, o policial é uma figura muito deturpada da realidade brasileira. Em nosso contexto, ele é o herói que arrisca a vida pela população”, conta o publicitário, que quer desconstruir a retórica brasileira da figura do policial.

O Caninópolis, a princípio, foi criado para crianças de seis meses a dois anos, com a proposta de entretenimento para bebês. “Nossa intenção era produzir algo novo e sem precedentes. Algo que meu filho amasse. Fiz pensando no meu filho”, conta Rafael. Hoje, o foco é aumentar a faixa etária para crianças de até seis anos, com personagens mais complexos, como o Mike.

O projeto, nesta 2ª edição, com Mike, foi criado a partir de uma ótica que foca na valorização

das relações familiares, na amizade, no companheirismo e na caridade. Na sociedade idealizada por eles, existem as figuras da família, dos amigos, dos professores, dos avós e da Lei, de uma forma simples e de fácil entendimento para o público infantil.



Para o Presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, a busca de uma parceria com o Projeto Caninópolis, um produto de alcance subjetivo ímpar e diante de uma camada da sociedade que se encontra na formatação de sua personalidade em futuro, não poderia deixar de ser buscada, pois neste processo estaremos trabalhando para um futuro social muito mais promissor, objetivo da Entidade. E ademais: “O pensamento ousado de Rafael Frota e Renato Blanco é justificado quando se conhece a história por trás desses dois empreendedores. Há 10 anos e com pouco mais de 500 reais, os dois fundaram uma agência de publicidade que, hoje, atende clientes em todo o território nacional e movimentam um belíssimo faturamento. De fato, é um caso de sucesso”, disse o presidente.

Além da transmissão no Youtube e em plataformas de streaming, foi concluído um contrato recentemente com um canal fechado e o desenho será transmitido no horário nobre da televisão. O projeto Caninópolis, com Mike, chega na grade em maio deste ano.

Caninópolis: uma parceria para o sucesso. De Brasília, para o Brasil e para o mundo.



# IPA BRASIL VISITA O IAC/IPA



No dia 09 de junho do corrente ano de 2019, a IPA Brasil - representada pelo Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Dr. Francisco Badenes -, fez uma visita a Administração Central Internacional da International Police Association – IAC/IPA, que possui sede definitiva na cidade de Nottingham na Inglaterra, terra devota de São Jorge (Patrono da Inglaterra) e de histórias dos antigos Cavaleiros Andantes, membros da Távola Redonda do Rei Arthur, do período medieval, que buscavam aplicar a Justiça naquela época antiga. Nottingham ficou conhecida mundialmente como o berço do legendário e famoso Robin Hood,



*Sede Oficial do IAC/IPA*



# IPA Brasil visita o IAC/IPA

O primeiro objetivo da visita era o de prestar uma sincera e singela homenagem ao fundador da IPA, ARTHUR TROOP (1915-2000), em razão que na comemoração de seus 100 anos. Pelo fato de a IPA Brasil encontrar-se na reengenharia total da Entidade, não pode fazer-se presente nas comemorações relativas. Em segundo objetivo, foi a missão designada pela Executiva Nacional da IPA Brasil para que o membro Francisco Badenes efetivasse um levantamento, in loco, de dados sobre Arthur Troop, no objetivo de ilustrar a edição a ser publicada pela IPA Brasil intitulada: "O Livro da IPA Brasil", a qual trará um amplo histórico da IPA. O terceiro, e último, objetivo foi o ato de registrar que a IPA do Brasil, em primeira vez de sua história, fez-se presente na administração geral da International Police Association, órgão de suma importância para a existência da IPA no mundo.



*Mr. Badenes and Mr. Crockard*

O representante da IPA Brasil foi recebido pelo Secretário Geral da IPA, o Sr. Stephen Crockard, que informou de que haveria na programação solicitada pela IPA Brasil, uma visita ao filho de ARTHUR TROOP, o escritor KEVIN TROOP, o qual ainda reside na casa da família, bem como visitar a Igreja situada em Stamford, onde existe uma placa em homenagem a ARTHUR TROOP, o qual foi cremado.



*Alan, Kevin Troop e Badenes.*

Em razão desta agenda, a homenagem da IPA Brasil ao fundador da IPA, através de uma prece especial que ocorreu na referida igreja, completou-se com a expressiva homenagem diante de uma visita na casa onde ARTHUR TROOP residiu. E, atualmente, reside o seu filho KEVIN TROOP, escritor, o qual com extrema simpatia atendeu nossa representação, e pode nos brindar com algumas histórias sobre seu pai, ARTHUR TROOP.



# IPA Brasil visita o IAC/IPA



Ao visitar a sede da IAC, a IPA Brasil foi recebida por ALAN CARTER, o qual exerceu o cargo de International Secretary General da IPA e Chefe Executivo da Seção Britânica da IPA que, juntamente com as funcionárias do IAC Elke Schülpen-Roberts e Kerry Ward, foram gentilíssimas em mostrar a bela sede do IAC, a qual é memorável em referência histórica da IPA. Além, disso, fomos também gentilmente recepcionados pelo Sr. TONY BERRINGTON, Chairman do Nottinghamshire Branch (Seção da IPA Inglesa em Nottingham), o qual levou a representação da IPA Brasil visitar o centro histórico de Nottingham (onde inclusive funciona um excelente museu de Justiça Criminal), a praça onde está situada a estátua do herói Robin Hood, bem como a lendária floresta de Sherwood, local das aventuras de Robin Hood e seus companheiros. Em Sherwood houve uma visita a um carvalho de mais de mil anos de idade, local onde Robin Hood se reunia com o seu grupo. A visita da IPA Brasil ao IAC/IPA encerrou-se com um inesquecível jantar em compa-

nhia dos membros GRAHAM BUXTON e sua esposa JACQUI.

A missão de Badenes foi um sucesso em que o resultado virá integrar o teor do Livro da IPA Brasil. E, também diante de uma constatação do nosso colega Badenes: "... pude constatar em todos com que me relacionei nesses anos, que o espírito de nosso fundador ARTHUR TROOP, permanece vivo e ativo, inspirando através do sentimento sincero de amizade e confiança entre os policiais vocacionados, em uma extrema energia de positividade, que nos permite os bons encontros nos mais diversos países. Quanto à Nottingham, não poderia deixar de opinar em que o local em que se encontra a Sede do IAC/IPA não haveria de ser melhor, e neste momento expressei os nossos sinceros agradecimentos pela gentil acolhida, recomendando a todos a visita neste belo e histórico local, berço das heroicas aventuras de Robin Hood, guerreiro que até hoje inspira os corações dos policiais sedentos de Justiça!

"Servo Per Amikeco".



# IPA BRASIL NO NEWSLETTER



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil encontra-se inserida em uma compilação produzida pela IPA Internacional por meio do IAC, das matérias mais importantes publicadas nos newsletters de 2018 da IPA Internacional.

A IPA Brasil se encontra presente no trabalho, com aproximadamente 04 matérias de eventos e notícias desenvolvidos pela nossa Entidade, os quais ocuparam aproximadamente 05 pági-

nas da compilação. Aos colegas que desejarem conferir as matérias apresentadas, efetivem o seguinte procedimento diante do link: <https://cloud.3dissue.com/IPA-NEWSLETTER-2018-COMPILATION>

Tal fato vem demonstrar, em nível internacional, que os trabalhos de reengenharia da nova IPA do Brasil, durante o ANO PHOENIX I-II, possuem um reconhecimento internacional da IPA no mundo.

# PROJETO ACADÊMICO IPA BRASIL PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil promoveu, no dia 21 de novembro de 2018, o lançamento nacional do livro “Cadê Minha Mãe?” (Where is my Mother?), inerente ao Projeto Acadêmico da Entidade de prevenção à violência.



O evento ocorreu na biblioteca do Senado Federal, no Congresso Nacional, com a participação de inúmeros escritores afetos a área de abrangência do trabalho inerente ao Projeto da IPA Brasil. Entre eles, Márcia Álvaro Barr, Inês Catão e Daniele de Brito Wanderley da Escola Letra Freudiana. Contou-se, ainda, com a presença do renomado médico pediatra Antônio Márcio Junqueira Lisboa que, encimado em seus 98 anos, traz uma história que o linca a IPA Brasil, pois foi ele quem salvou a vida do colega Antônio Naufel, aos 08 anos de idade, quando afeto com um problema pulmonar gravíssimo.



A membro da IPA e autora GIULIENY ALVES DE MATOS BESSA palestrou sobre o tema do livro e efetivou autógrafos diante de uma grande busca da obra. A Diretora do Senado, Ilana Trombka, disse que sentia orgulho pelo fato de que, naquela Biblioteca, onde já ocorreram vários lançamentos de livros de importância para a história do Brasil,

# Projeto Acadêmico

ocorra neste momento o lançamento de um livro inédito e de tamanha repercussão no qual se aborda um problema nacional presente. A autora ressaltou, ainda, que a IPA do Brasil continue a promover trabalhos de tamanha e significativa representação e dispôs as dependências daquela área para seus projetos.

O Projeto do livro “Cadê minha Mãe?”, desenvolvido pela IPA Brasil, e de autoria de Giuliany Matos - membro da IPA Brasil e que se encontra na ativa em trabalhos de custódia na penitenciária de Brasília/DF (Papuda) há 20 anos, atuando como Vice-Diretora de Assuntos Acadêmicos da IPA Brasil - teve o privilégio de possuir ilustrações em seu livro produzidas pelo renomado desenhista Anderson Leonel. A obra foi considerada uma das melhores no segmento efetivada nesses últimos anos, recebendo elogios dos mais variados segmentos correlatos ao mundo acadêmico da literatura nacional. O livro “Cadê minha Mãe?” teve seu lançamento internacional em setembro de 2018, ao longo do Congresso Mundial da IPA

em Roterdã/Holanda, recebendo diversos elogios por parte de membros das Seções nacionais da IPA no mundo.

O livro “Cadê minha Mãe?” aborda um tema que se encontra afeto ao nosso cotidiano, pois traz a lume a situação de uma criança que precocemente tem que viver com o dilema de ter sua mãe presa, recolhida em uma cadeia (penitenciária). O livro trata, também, sobre os benefícios da progressão das penas na questão.

O presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, em seu pronunciamento oficial durante o evento de lançamento da obra disse: “..ver que mais um projeto desencadeado pela Entidade alcançou a uma representatividade literária diante de um contexto que de certa forma é disputadíssimo para uma identificação literária, me deixa orgulhoso, pois em consequência vem colocar a IPA Brasil em um patamar de importância no seio desta área acadêmica, como também, vem demonstrar que a nova IPA no Brasil vem cimentando seu projeto de gestão denominado “Ano Phoenix IPA Brasil”.



# IPA BRASIL Workshop Internacional de Segurança

A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil desenvolveu, na data de 14 de fevereiro de 2019, no Teatro do SESC, da Cidade de Teresópolis no estado do Rio de Janeiro, o Workshop Internacional de Segurança, denominado: “Cidade Inteligente e Segura”, no qual foram apresentadas as experiências de sucesso em Espanha/Barcelona, bem como os desafios para a implementação de cidades inteligentes, programa que utiliza a tecnologia para a modernização da gestão pública e a melhoria na prestação de serviços à população.

O evento promovido, em uma parceria da Entidade com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e Serviço Social do Comércio (SESC), com apoio da Prefeitura do município de Teresópolis/RJ, teve a presença de autoridades militares do Ministério de Defesa da Espanha, do Estado do Rio de Janeiro, de Teresópolis e outros municípios fluminenses, mestres e doutores da Universidade Federal Fluminense e membros da Associação Internacional de Polícia no Brasil.

Em plenária, autoridades do Ministério de Defesa da Espanha trouxeram as boas práticas e as evoluções de todas as movimentações de inteligência em que o país avançou nas questões de segurança, e a UFF apresentou projetos do seu Laboratório de Gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação para que nossas cidades se tornem inteligentes e seguras, e apresentou a cidade do evento como: “Teresópolis é um caso de sucesso na área de segurança, através de parceria estabelecida entre os órgãos de segurança da cidade. Viemos conhecer o sistema e debater as práticas nacionais e internacionais e ajudar Teresópolis a evoluir no conceito de cidade inteligente”, assinalou André Guedes, diretor da Rede Brasil de Cidades Inteligentes e Humanas e responsável pelo programa ‘Cidades Inteligentes’ da UFF no estado do Rio de Janeiro.

Chefe de Operações na Espanha, Coronel Bruno Alonso pontuou que a construção de políticas públicas seguras e inteligentes passa pela integração entre as lideranças políticas e o setor privado, com o envolvimento da sociedade e de profissionais especializados. Já o 1º Tenente, Alexandre Rodrigo Moreira, do Quartel da 4ª Região Militar de Barcelona, falou sobre o uso da inteligência no combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao terrorismo. Especialista e consultor em defesa, o militar brasileiro mora há vários anos na Espanha com a família. “Em jornada pelo Brasil, o grupo veio ao Workshop para contribuir, em termos de informações, sobre o que já existe na Europa, e contribuir com o que for necessário na questão da segurança e da inteligência”, resumiu.

No encerramento do Workshop Internacional de Segurança, o policial membro da IPA Brasil Aderaldo Medeiros, diretor da IPA no Rio de Janeiro e executor e representante oficial da Executiva Nacional da Entidade no Workshop, disse: “Implementar a integração do conhecimento, tanto nacional como o internacional, entre os profissionais brasileiros e segmentos de gestão na área de segurança pública, são alguns dos objetivos da IPA Brasil, e, este Workshop diante do seu resultado manifesto após o evento, não posso de considerar que foi mais uma pauta positiva diante do nosso mister associativo”.

Foi um evento surpreendente, que mostrou o caminho que devemos seguir para colocar o rumo da segurança e da inteligência”, pontuou o Prefeito Vinicius Claussen. “Esse evento internacional trouxe altos conhecimentos técnicos e científicos para Teresópolis, com profissionais experientes do Brasil e da Espanha. Excelente para a Gestão Municipal, que trabalha para termos uma cidade inteligente”, avaliou Marcos Antônio da Luz, secretário Municipal de Segurança Pública.

O evento foi um sucesso que renderá excelentes frutos e projetos para cidades brasileiras que buscam uma cidade segura e inteligente.



# IPINHO E IPINHA



Os bonecos midiáticos da IPA Brasil, agora em HQ!



Em especial revista de quadrinhos, "Ipinho e Ipinha em contexto policial".



No âmbito de gestão da International Police Association Brasil Section - IPA Brasil, por iniciativa de sua Diretoria de Assuntos Culturais diante do segmento da área Educacional, surge a revista (Gibi) em histórias em quadrinhos intitulada “Ipinho e Ipinha em contexto policial”.

A revista, de cunho meramente fictício, editada em português e em inglês, tem objetivo psicopedagógico de demonstrar para a sociedade que o bem vence o mal, além de trazer posturas sociais corretas, em consonância à cultura e à legislação brasileira. Esta foi a razão pela qual os dois bonecos midiáticos da IPA Brasil transformam-se em “jovens seres humanos” com poderes especiais, e, no âmago do perfil ideológico da Entidade, desenvolvem as suas aventuras.

A primeira edição da revista em quadrinhos da IPA Brasil possui quatro capítulos. O primeiro capítulo fala do Ipinho em sua origem como super-herói, cheio de superpoderes adquiridos para o bem e como eles elimina uma ameaça de traficantes nas redondezas da escola do bairro. A segunda saga revela como a Ipinha desenvolveu habilidades meta humanas de-

pois de raptada por malfeitores e assim, junto com Ipinho, combateram o crime organizado. O terceiro narra a primeira intervenção da Ipinha junto à questão da violência contra a mulher praticada pelo marido. O quarto capítulo traz uma aventura incrível do Ipinho e da Ipinha pelo Brasil afora, ajudando as pessoas e a sociedade, encerrando a saga com a apresentação dos heróis no Congresso Mundial da IPA.

Os nossos heróis, uma dupla jovem, inteligente, midiática e descolada, patrocinada pela IPA, vem ajudar o sistema de segurança pública do país em apoio à polícia, se transformando na maior novidade nacional no rol dos super-heróis da HQ.

Nesta primeira edição são várias aventuras nas quais você vai se amarrar! E outras virão.

Para a IPA Brasil, a ideia da criação dos personagens Ipinho e Ipinha, no mundo dos super-heróis da HQ, teve em seu âmago o objetivo de aproximar a polícia da sociedade, promover o bem, valorizar a imagem do policial, ressaltando a importância do trabalho da polícia para a sociedade. Enfim, passar uma mensagem positiva para os jovens de que o bem vence o mal.



A produção, ilustração e criação do texto e desenhos foram elaborados de modo criativo por Thiago de Paula e Giulieny Matos, com a diagramação da especialíssima empresa KLIMT PUBLICIDADE Comunicação Criativa.

Thiago de Paula é um jovem talentoso ilustrador de Brasília. Gosta de ilustrar biografias de personalidades que ele mesmo entrevista. Dentre as grandes figuras brasileiras estão Rita Lee, Caetano Veloso, Chico Buarque, Adriana Calcanhoto, Nando Reis e Lenine. Seu primeiro livro “solo” intitula-se “Mais perto do fim”. ([thiagodepaula.jornalismo@gmail.com](mailto:thiagodepaula.jornalismo@gmail.com) ou [@thi\\_maravilha](https://www.instagram.com/thi_maravilha))

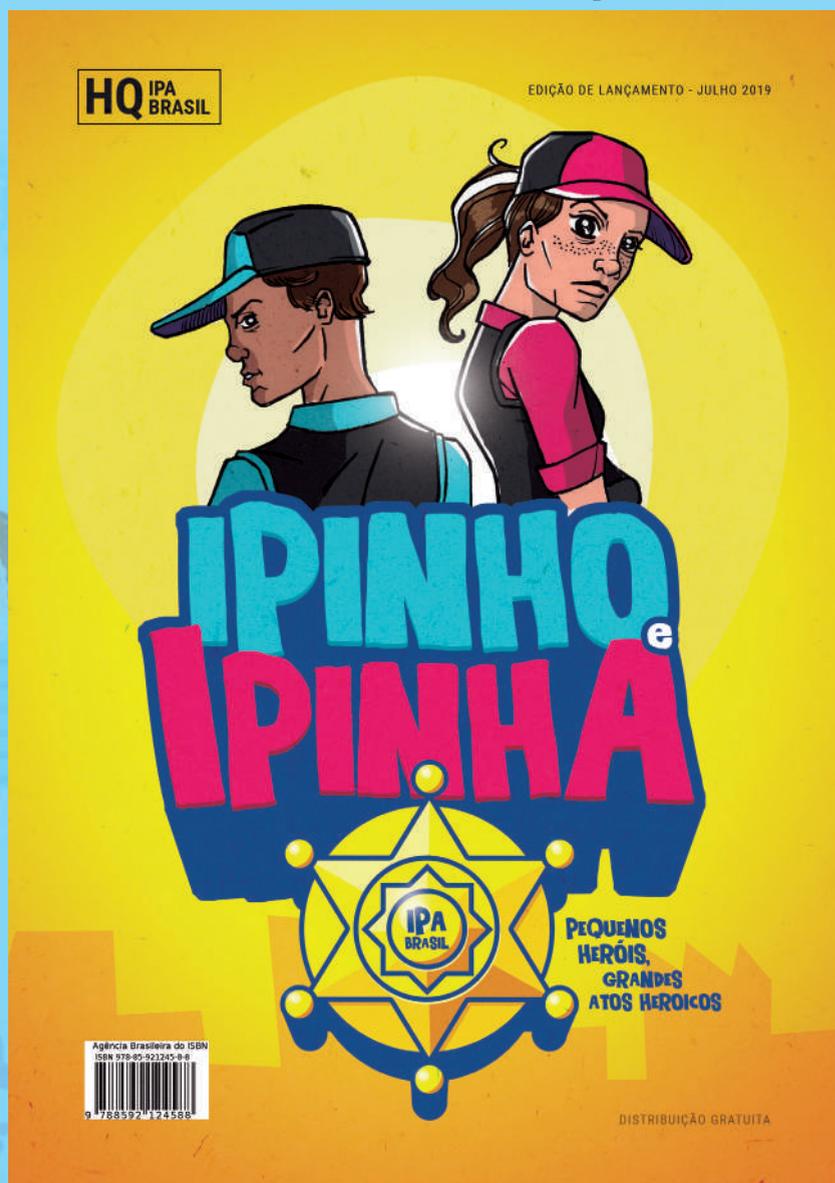
Giulieny Matos integra os quadros da Polícia do Distrito Federal, Brasília - Brasil, desde 1999. É membro da IPA Brasil e atua na Diretoria de Assuntos Culturais da Entidade. É autora de livros publicados: A Menina Derretida (versões português e inglês), A Menina Tagarela, Cardápio maluco, Doutor Akazo, A Família dos Carneirinhos Coloridos, Cadê Minha Mãe? e está concluindo o seu oitavo livro, Somos todos Especiais. Giulieny já foi premiada inúmeras vezes pelas suas obras e é sempre destaque nas feiras de livros das quais participa. Na Diretoria Cultural da IPA Brasil já produziu artigos de relevância de seu mister funcional publicados em jornais e revistas, especialmente para o nosso Magazine IPA Brasil. ([giulienymatos.blogspot.com](http://giulienymatos.blogspot.com) e [giulieny.autora@gmail.com](mailto:giulieny.autora@gmail.com)).

“Quando o presidente da IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, me convidou para produzir a série em quadrinhos de Ipinho e Ipinha, eu aceitei a proposta de imediato, já pensando no grande desafio que seria desenhar uma estória sobre super-heróis que representam uma entidade de policiais no Brasil, e que irão atuar no contexto policial brasileiro. Um contexto delicado, que me exigiu estudo. Estudei com cuidado os magazines da IPA e pesquisei sobre as últimas grandes operações policiais no Brasil, para somente então dar início ao processo de escrita do roteiro. Esco-

lhi os temas 'combate às drogas' e 'violência feminina' para dar base aos cinco capítulos breves da HQ nesta primeira edição, e escrevi o texto ao lado de Giulieny Matos. Tive total liberdade para criar os designers dos personagens e todo o enredo que levaria o texto. Fiz questão de escrever algo que teria como público toda a família, de qualquer faixa etária. Coloquei ação, explosões, gírias, vilões e claro: um final feliz. Mas será mesmo que é o final?”, disse Thiago de Paula.

O Lançamento da HQ da IPA Brasil ocorrerá no âmbito nacional durante a comemoração dos 57 anos da IPA no Brasil, neste ano de 2019, e em âmbito internacional durante o 64º Congresso Mundial da IPA no mês de outubro na Croácia.

A IPA Brasil no mundo HQ. Aprecie a novidade!



# MEMBRO DA IPA BRASIL CONDECORADO



Na data de 1º de julho do corrente ano, em solenidade oficial da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, o Assessor Especial para Assuntos Desportivos da presidência da International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, o Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Valdir Luiz Ferrari Júnior, foi condecorado com a medalha do Mérito Policial Luís Gonzaga, pelos relevantes serviços prestados a polícia daquele estado.

Na concorrida solenidade, onde se fizeram presentes as mais altas autoridades do Estado, Ferrari recebeu sua outorga pessoalmente das mãos do comandante-geral da polícia militar, Coronel Alarico

José Pessoa Azevedo, e homenageado no discurso do governador do Estado em razão de seus trabalhos desenvolvidos em prol da polícia e da população potiguar.

Ferrari Junior desenvolveu o projeto que veio trazer um resultado de reconhecimento, não só naquele estado como também no âmbito nacional. Em razão do projeto a IPA Brasil veio a ser reconhecida como uma parceira estatal e da polícia do Estado do Rio Grande do Norte, a qual já desenvolve procedimentos para a instalação da IPA Brasil Regional do Estado do Rio Grande do Norte – IPA Brasil/RN.



# ERRO MÉDICO

*Segurança do Paciente foi o tema de simpósio da IPA Brasil no Museu Nacional, evento promovido por uma parceria entre IPA Brasil, Cofen e Anadem que trouxe palestrantes especialistas de diversas áreas correlatas e reuniu mais de 300 participantes na quarta-feira, 24 de julho 2019.*



Na mesa de abertura, o Presidente da International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo; o Presidente da ANADEM, Dr. Raul Canal; o conselheiro federal do Cofen, Dr. Gilney Guerra, representando o presidente do Cofen, Manoel Neri; e o Diretor Presidente da Hospitalar Go. Med, Rodrigo Martins de Oliveira, dispuseram que o Simpósio Gestão de Riscos Assistenciais e Segurança Paciente, que em palavra enfatizaram a importância do tema abordado pelo simpósio para as áreas que atuam com assistência e os riscos envolvidos no atendimento, assim como seus desdobramentos legais.

O Simpósio é um dos segmentos do Projeto da IPA Brasil denominado: Erro Médico, e foi promovido por uma parceria entre o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e a Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem), com apoio da Hospitalar GO. MED, abordando matérias de interesse das categorias profissionais correlatas por especialistas no contexto.

O evento aberto a todos os interessados na matéria, reuniu mais de 300 participantes entre estudantes, profissionais, gestores de Enfermagem, conselheiros federais e regionais de Enfermagem e outras áreas da saúde e do direito e da segurança pública nacional.

O Presidente da IPA Brasil foi contundente em seu pronunciamento em dizer que o segmento Policial é peça importante no contexto da abordagem deste simpósio, pois basta lembrar que o primeiro ente em atender a vítima é o policial, razão da necessidade de sua preparação para tal, e mais, é também a polícia que vem se manifestar diante dos procedimentos investigatórios quando do cometimento do erro que vem causar dano e/ou óbito ao paciente, em suma, a polícia se encontra nas duas pontas desta linha da segurança do paciente, na preventiva e na punitiva. Encerrou dizendo que neste contexto não há peças soltas, ou uma mais importante que a outra, todas são uma só engrenagem em prol ao paciente, em prol a vida, concluiu Joel Mazo.



Segundo o presidente da Anadem, 302.610 pessoas morreram por ocorrência de eventos adversos durante atendimento em 2018. “Quase 70% desses eventos são previsíveis e podem ser evitados por meio de uma política séria com todos os envolvidos, tanto os profissionais como o próprio paciente e sua família”, afirmou Raul Canal.



Dr. Gilney Guerra destacou a preocupação do Cofen com a qualidade prestada à população e com as condições nas quais os profissionais, muitas vezes, são expostos. “A dimensionamento profissional na Enfermagem, baseado em uma resolução nossa, não é respeitado como deveria por ser uma norma infralegal, e essa situação prejudica a qualidade da assistência”, afirmou. Também chamou a atenção para que a sociedade perceba a importância dos conselhos profissionais na proteção dos indivíduos e dos profissionais. “Temos que entender o papel de cada instituição e mostrar que os conselhos não são mero cobradores”, disse.



Para Dr. Rodrigo....., o materiais e medicamento para a área hospitalar devem a cada dia mais aperfeiçoado em um objetivo de que venha atender e facilitar os operadores da área médica no seu mister, para que esses alcancem a suas metas diante dos pacientes, A vida é uma e única e os que dela cuidam desta forma devem ver, entender, ensinou Rodrigo.

As atividades realizadas durante o Simpósio visaram resgatar o aspecto humano na prática clínica, administrativa, educacional e de pesquisa pelos profissionais, através dos conteúdos compartilhados pelos especialistas das áreas, para isto, contaram com palestrantes considerados “de ponta” nas matérias abordadas, como:

- Paulo Henrique de Oliveira
- ❖ A segurança do paciente muito além das condições de classe profissional.
  - Dra. Enis Donizetti Silva
- ❖ Gestão da assistência a PCR - onde estamos, porque devemos mudar?
  - Dr. Renato Assis
- ❖ Eventos Adversos nos hospitais brasileiros e no mundo
  - Dr. Lazaro França
- ❖ Segurança do paciente: tendências e desafios na construção da Alta Performance
  - Dra. Lívia Santos
- ❖ Segurança do paciente na assistência.

Os palestrantes e o resultado de suas capacidades foram demonstrados pela participação da plenária que se manteve coesa em número do início ao término do Simpósio.

A mídia nacional foi enfática em trazer como pauta de suas reportagens o simpósio como sendo fatos novos que surgem de entidades classistas que surpreendem na busca das soluções de problemas nacionais.



# IPA BRASIL E IPA PERU ENCONFRATER 2019



No espírito da IPA manifesto em seu emblema Oficial: “Servo Per Amikeco”, a IPA Brasil desenvolvendo o seu projeto de gestão denominado ENCONFRATER 2019 (Encontro de Confraternização), estiveram em visita a IPA no Peru no período de 30 de abril a 08 de maio do presente ano com belíssima delegação.



# ENCONFRATER

A recepção da IPA Peru, na pessoa de seu presidente, SERGIO LUIS ANTONIO MONAR MOYOLI, foi algo para registro de memória, pela cortesia e carinho. Um jantar receptivo com trocas de presentes e regado com a maravilhosa culinária peruana e danças típicas do País foi o marco de boas vindas para a delegação do Brasil.



O ENCONFRATER visitou as cidades de Lima, Cuzco, sítios arqueológicos, a exemplo de Ollantaytambo no Vale Sagrado dos Incas e uma das maravilhas do mundo, a cidadela de Machu Pichu, onde em caráter excepcional foi aberta a bandeira da IPA Brasil.

O que ocorreu durante o período do ENCONFRATER no Peru, podemos assegurar que os mistérios dos Incas podem ter um liame aos mistérios da IPA, em razão da clara ação fraterna entre os policiais peruanos e brasileiros e a energia



# ENCONFRATER

que exala dos lugares visitados e sua história. Indiscutivelmente algo de registro eterno em memória.

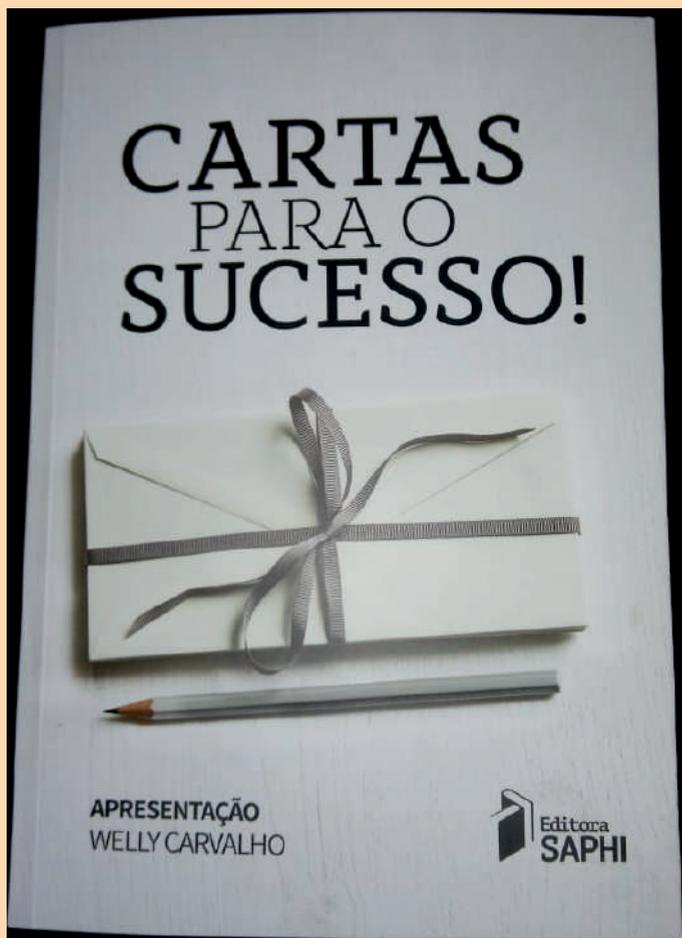
A IPA Brasil está exultante com a certeza do sucesso que foi o projeto “desenhado” por ela, e materializado pela IPA TRAVEL BRASIL, algo inédito no contexto.

Palavras dificilmente transmitirão o que de fato foi o ENCONFRATER 2019, melhor serão as imagens que seguem.

“Longa Vivo por La IPA Brasil”. (Esperanto)



# CARTAS PARA O SUCESSO



No dia 16 de março, em evento realizado na Livraria Cultura do Iguatemi Shopping, Lago Norte de Brasília, capital do Brasil, ocorreu o lançamento do livro “Cartas para o Sucesso”, que conta com a participação da associada da IPA Brasil, a policial Renata Barros, membro do Conselho de Ética da Entidade.

Há 19 anos na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), a agente de polícia Renata Barros também



tem se dedicado ao Coaching – método voltado ao alcance de objetivos e desenvolvimento pessoal e profissional – e, por isso, foi convidada pela editora Saphi para integrar o livro.

Ao todo, 35 autores de todo o país participam da obra, cada um deles contribuindo

com um capítulo. Compromisso, Networking, Comunicação não violenta, Procrastinação e Sucesso x Fracasso são alguns dos assuntos tratados no livro de 265 páginas.

A participação de Renata foi com o capítulo “Metas”, no qual a autora aborda a importância de ter um desejo claro para a construção do futuro.

Com esta experiência, Renata já planeja a produção de um livro próprio, abordando questões sobre inteligência emocional. Segundo ela, a futura obra deverá tratar, em específico, das atividades de Segurança Pública.

“Eu fiquei muito feliz de fazer parte de ‘Cartas para o Sucesso’ e, agora, quero dar continuidade a essa produção literária voltada para o desenvolvimento humano” com o apoio da área cultural e acadêmica da IPA no Brasil, afirma a policial e escritora.



# ESCOLA DE SOLISTAS



A International Police Association Brasil Section – IPA Brasil deu início ao apoio a mais um projeto na área musical denominado: Escola de Solistas. Um projeto pioneiro na história da música brasileira, que virá atender a toda sociedade musical brasileira e ao alcance do mundo.

A Escola de Solistas é um projeto voltado para o ensino musical online, com vistas a performances individual e de grupos. Atenderá a todos os instrumentos e níveis, desde o iniciante até o avançado, no aprendizado musical. Serão disponibilizados diversos cursos como: Improvisação, cursos em vários níveis para todos os instrumentos, harmonia, composição, arranjos, editoração de partituras e tecnologia aplicada a música. Desenvolvido de uma parceria com a JK Produções Musicais, na pessoa de sua Diretora Executiva Kirla Minchio Pignaton, membro do Corpo de Bombeiros do Brasil, e tendo como o seu CEO o maestro Ademir Junior, o idealizador, Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais da IPA Brasil, músico renomado dentro e fora do país por suas diversas habilidades técnicas como saxofonista, maestro, arranjador, compositor e educador em seus mais de 30 anos como músico.

A Escola de Solistas será uma Escola de Música online que disponibilizará cursos de música para diversos instrumentos e disciplinas técnicas da área, como: Cursos para instrumentos no nível iniciante, médio e avançado passando por instrumentos de sopro, cordas, percussão e de base rítmica, performance para solistas, improvisação, teoria musical, harmonia, arranjo e composição, editoração de partituras e cursos ainda de especialização, com emissão de certificado de conclusão em cada nível conquistado nos cursos.

O curso poderá atender a alunos de todos os países que queiram, inclusive, conhecer mais da música brasileira. No Brasil, a Escola de Solistas será um divisor de águas, uma vez que poderá trabalhar a performance individual de cada músico, por meio de aulas que poderão ser acessadas por todos os participantes devidamente inscritos. Com turmas montadas para cada curso, iniciando com o curso de improvisação, com mais de 100 vídeos disponíveis em 25 aulas, 150 tópicos e a participação de grandes nomes da música instrumental brasileira como: Edu Ribeiro, baterista de São Paulo, vencedor de 2 Grammys com o Trio Corrente; André Vasconcellos, baixista brasileiro radicado no Rio





desde 1998, tendo acompanhado Djavan, Hamilton de Holanda e grandes nomes da MPB; Eduardo Farias, pianista jovem de 31 anos, considerado hoje um fenômeno do piano pelo virtuosismo e caminho próprio na forma de tocar; Alexandre Carvalho, guitarrista,

doutorado pela Manhattan School of Music; e Moises Alves, trompetista considerado por muitos como um dos maiores improvisadores no trompete brasileiro da atualidade. Os estudantes disporão ainda de materiais de apoio como tutoriais, partituras inclusas ao curso, playbacks e solos transcritos para poderem tocar a mesma performance do solista de cada obra. No mês de fevereiro/2019, deu-se início as gravações do curso de improvisação musical, um dos vários cursos que fará parte da Escola de Solistas.

O Projeto é algo novo no Brasil, na proposta artística e pelo nível de apresentação e organização para um Curso Online, que também será traduzido inicialmente para o idioma inglês, objetivando alcançar grande número de músicos em todo o mundo.

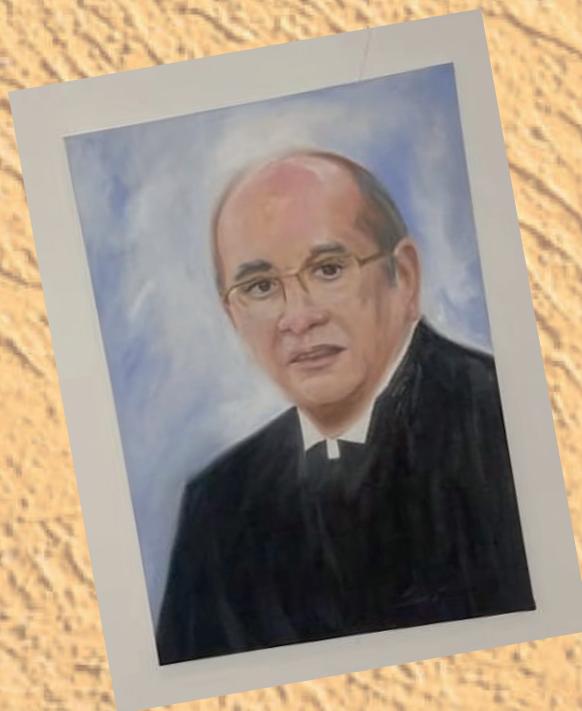
A Música, a educação e cultura ganham muito com a chegada da Escola de Solistas, pois traz um novo ambiente para a prática o ensino e aprendizado musical, atualizado as novas linguagens sociais e tudo isso encimado em um serviço através da amizade (Servo Per Amikeco).



# EXPOSIÇÃO “PAX XXI” NO TJDFT



Cassiano Araújo



Sob o título “PAX XXI”, o Instituto IPA Brasil promoveu uma exposição de pinturas do renomado artista Cassiano Araújo, no Memorial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na área denominada “Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte”.

A exposição trouxe pinturas à óleo de personalidades ilustres do mundo jurídico e representativas

de classe, que fizeram e fazem pela sociedade Brasileira e pelo País.

Para orgulho da IPA no Brasil, a imagem do presidente da International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, Dr. Joel Zarpellon Mazo, foi estampada em magnífica pintura à óleo em tela na exposição ao lado de ilustres personagens nacionais, a exemplo, membros do Supremo Tribunal Federal,





Desembargadores Regionais do Brasil, Parlamentares do Congresso Nacional Brasileiro e outros personagens de importância no contexto do Estado Brasileiro.

Em orgulho de privilégio, a pintura da imagem de nossa presidente do Instituto IPA Brasil também figurou entre as demais pinturas ali expostas para um público que já ultrapassou a vinte mil pessoas.

A exposição que foi lançada em Brasília seguirá para o Estado de São Paulo e, após, para outras capitais e cidades de importância no País.

Para o presidente da IPA no Brasil, “ver a nossa imagem pintada em tela por um pintor do reconhecimento que é Cassiano Araújo e, ainda, no significado da exposição, é algo que de fato nos traz a satisfação de ver reconhecido o trabalho e a representatividade que resgatamos para a IPA no Brasil”.



# ESTAMPANDO



Em concorrida exposição, no Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, o público deliciou-se com os belíssimos trabalhos de estamparias produzidos pela policial Maria das Graças Fredenhagen, membro da IPA no Brasil no cargo de Assistente Especial da Presidência da Entidade para Assuntos Administrativos.

Com belíssimas estampas, a crítica foi unânime em proclamar o sucesso da exposição sob os aplausos da área têxtil nacional.

Maria das Graças Fredenhagen é Delegada de Polícia Federal, exerceu inúmeros cargos de importância administrativa e operacional no órgão Polícia Federal do Brasil e encontrou nos trabalhos de estamparia a realização de um hobby que vinha desenvolvendo há um bom tempo. E agora o traz para área profissional com êxito total.



# DEFESA TRIBAL DA REGIÃO AMAZÔNICA



Na edição do Magazine Phoenix, nº XIX, ano X, datada de dezembro de 2012, foi publicado o artigo “Policiamento Tribal na Fronteira Amazônica e Defesa Nacional – Desafios para os Povos Indígenas, Cidadania e Segurança Pública nas Aldeias. Na ocasião, o autor discorreu sobre fatos durante o período de 2007 a 2011, englobando incursões nas fronteiras com o Suriname e Guiana Francesa (Terras Indígenas dos povos Tiryó, Waiãpi e Galibi Marworno), bem como visita às reservas indígenas e unidades de Polícia Tribal dos povos Pascua Yaqui e Tohono O’odham no Estado do Arizona/USA, ficando registrados no artigo supracitado, a preocupação com os seguintes eventos, constatados nas áreas mais remotas da região fronteiriça amazônica:

1. Expressivo desvio de verbas públicas, através de convênios realizados entre a FUNASA com associações indígenas, assessoradas por ONG’s, que inviabilizou a disponibilização de diversos medicamentos, fato que gerou mortes e o agravamento de doenças nas comunidades indígenas, o que resultou no desencadeamento da

Operação Carniça da Polícia Federal, que finalizou com a prisão de empresários de Brasília.

2. A difusão de alcoolismo entre os indígenas, em larga escala, fato que propiciou o aumento de incidência de atos anti-sociais e violência nas aldeias.
3. A presença de algumas ONGs estrangeiras, de credibilidade extremamente duvidosa (nomiadas na CPI da Biopirataria), ministrando “cursos de patrulhamento para terras indígenas”, com características paramilitares.

Passados aproximadamente sete anos, o assunto voltou à pauta da Seção Brasileira da Associação Internacional de Polícia, em razão do seu misterestatutário e sentimento de sua essência, que nos impõe uma constante atenção no tema, ao que alude à proteção das nossas fronteiras, mormente na região amazônica, face à sua relevância estratégica: isolamento, recursos minerais/energéticos e altíssima biodiversidade, fatores que potencializam a ocorrência de delitos transnacionais, inclusive com a possibilidade de alto

# Defesa Tribal

impacto no equilíbrio ecológico de todo o planeta, porém a pauta maior foi o fatonoticiado pela imprensa da criação de “milícias indígenas”, reportando à PIA-SOL (Polícia Indígena do Alto Solimões) em Tabatinga, razão que levou a IPA Brasil verificar in locum, como estaria sendo empregado o Poder de Polícia, nesta região tão sensível e importante. Assim, sob o caráter de estudo Acadêmico, foi decidida a expedição IPA Brasil composta pelo membro da IPA Brasil Francisco Badenes e Oystein Wiik membro da IPA Noruega, os quais visitaram diversas localidades na selva amazônica brasileira, iniciando pelas aldeias do povo Ticuna na cidade de Tabatinga no Estado do Amazonas, depois na Colômbia (cidade de Letícia), e findando o roteiro nas cidades de Santa Rosa e Iquitos no Peru. Em retorno ao Brasil, a expedição visitou a aldeia do povo Hunikui na localidade de Jordão no Estado do Acre.



Do resultado da expedição, a IPA Brasil conseguiu promover uma visão *en passant*, sobre o objeto da expedição, com breve síntese de nossas impressões, subsidiadas com trechos de documentos técnicos sobre o assunto (os quais foram produzidos em datas seguintes ao primeiro artigo da matéria publicado no Magazine IPA Brasil), que permitirão uma melhor reflexão sobre a complexidade, abrangência e importância do tema, manifesto em breve relatório.



1-Mapas dos locais percorridos na expedição: Alto Solimões (compreendendo Brasil – Amazonas/Tabatinga, Colômbia e Peru) e Terras Indígenas do Rio Jordão no Acre.



2-Brasil – Tabatinga/AM

Destaque para a Aldeia Umariacú 2 (etnia Ticuna), onde nasceu a PIASOL.

As aldeias Umariacú 1 e 2 (praticamente conturbadas com Tabatinga) possuem aproximadamente oito mil habitantes. Problemas de violência de gangues juvenis, com alto uso de álcool e drogas, comunicação com redes sociais.

Atualmente, possui uma Guarda Indígena própria, com 44 integrantes, trabalhando como voluntários, apoiados por outros membros da comunidade, que lhes fornecem alimentos como subsídio para sua atividade. Esta “Guarda” necessita de legitimação e estruturação adequada, por parte do Estado brasileiro.



3-Colômbia – Letícia

Destaque para Letícia, capital da Amazônia colombiana, uma pequena cidade que possui uma base militar. Voltada para o turismo de selva é extrema-



# Defesa Tribal

mente segura, limpa, com ambiente familiar estruturado. A Colômbia possui sistema policial indígena legalizado e eficaz.



#### 4-Peru - Santa Rosa – Iquitos

Destaque para Iquitos, cidade histórica no Peru, impulsionada pelo ciclo da borracha.



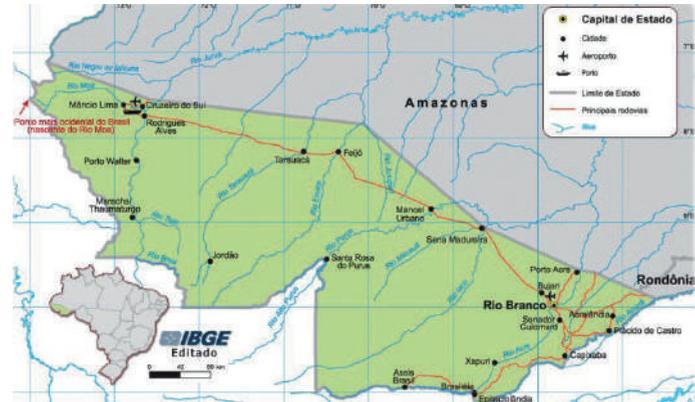
#### 5-Brasil – Jordão/AC

Destaque para a aldeia Boa Esperança, com 146 habitantes. Primam por manter tradições culturais, com isolamento natural das demais cidades da região (de Rio Branco para Jordão o acesso é através de táxi-aéreo). Não se evidencia problemas de violência, nem de desajuste juvenil, porém desejam se capacitar para melhor proteger as suas famílias.

Propensão para o turismo ecológico e cultural.

Pesquisa de Mestrado em Antropologia Social de Mislene Metchacuna Martins Mendes com o objetivo de apresentar um estudo na perspectiva antropológica acerca da trajetória da Polícia Indígena do Alto Solimões – PIASOL, na região do Alto Solimões, trouxe-nos uma etnografia sobre a atuação da PIASOL nas comunidades indígenas, tomando como referência fundamental o processo dinâmico da atual etnopolítica inserida no contexto da política indige-

nista brasileira. Neste estudo, procuro demonstrar através da análise antropológica, os discursos e posicionamentos sociais e políticos dos Ticuna sobre a PIASOL, a fim de compreender como a ação de Segurança Pública, responsabilidade legal do Estado, passa a ser concebida pelos Ticuna como ação a ser executada por agentes indígenas nas comunidades.



Sem dúvidas, neste novo contexto, os indígenas são envolvidos pelos processos de mudança que ocorrem na região, sendo atingidos por problemas fronteiriços que atualmente afetam toda a população no Alto Solimões, como, por exemplo: tráfico de drogas, altos consumos de bebidas alcoólicas e drogas, aumentam de consumo de mercadorias industrializadas, dependências aos benefícios sociais como único meio de adquirir dinheiro, falta de ações de Segurança Pública na região promovida pelo Estado, aliciamento de pessoas ao esquema do narcotráfico, transformações nos modos de vestir e consumo que exigem maior gastos financeiros, etc.

Na concepção dos Caciques e lideranças que articularam a guarda indígena, os Ticuna envolvidos nessa ideia de Polícia se equivocaram em querer atuar como tal, pois para isso houve dependência do Estado que, por sua vez, barrou de diversas formas a atuação da PIASOL e, por isso, não só eles fracassaram, mas a expectativa do povo Ticuna em solucionar seus problemas por conta desse desajuste das ideias.

Durante a atuação da PIASOL, seus integrantes iniciaram suas atividades sem conhecimentos de legislação e sem qualificação para exercerem tais funções, acabando por serem excluídos do poder e de impor ordem aos demais indivíduos.

Foi com essa carência que no dia 11 de março de 2010 várias lideranças fizeram uma reunião extraor-



dinária na comunidade indígena Betânia, município de Santo Antônio do Içá, coordenada por Odácio – coordenador da PIASOL e Elias – vice-coordenadora da PIASOL, para tratar da elaboração do regimento interno da PIASOL; processo jurídico para reconhecimento da PIASOL pelos órgãos governamentais; regras e controles durante as repressões aos infratores indígenas pelos integrantes da PIASOL; tipos de crimes que poderiam ser combatidos pela PIASOL e quais deveriam ser encaminhados para a polícia ou “justiça dos brancos”, qualificação dos casos e etc.

Nessa reunião, ficou bastante claro que os Ticuna que ali estavam presentes possuem noção de que para que haja reconhecimento legal da PIASOL não é uma questão simples e que merece muitos cuidados, no sentido de que conforme orientação do MPF é necessário que exista um Projeto de Lei criado e aprovado por deputados em Brasília, não sendo na visão dos próprios indígenas uma tarefa fácil, tendo em vista, vários agravantes de violação de direitos dos povos indígenas.

Em meados de 2011, o MPF emitiu um despacho suspendendo a atuação da PIASOL, desestabilizando a corporação frente às comunidades indígenas que aguardavam uma nova resposta oferecida pelo Estado para manutenção de segurança pública dentro das comunidades. Assim sendo, a PIASOL parou de funcionar e, atualmente, ela só poderá retomar as atividades quando houver legitimidade e aceitação por parte do Estado e for legalizada após aprovação pela Assembleia Legislativa e aprovada pelo Congresso Nacional.

O Município de Jordão teria adotado o “sistema de policiamento indígena” devido ao fato de um terço de sua população pertencer à etnia Kaxinawá, tornando-se “necessário” traçar políticas culturalmente diferenciadas, voltadas a todos os segmentos deste. No interior do município de Maués, no extremo oriental do estado do Amazonas, os índios Sateré-Mawé procuraram institucionalizar uma espécie de polícia indígena para enfrentamento do quadro de violências abusos sexuais e outras ameaças a segurança pública nas aldeias da terra indígena Andirá- Marau. “Segundo um dos “policiais indígenas”, os membros da comunidade vinham enfrentando uma “dificuldade muito grande” com essas situações, motivo pelo qual tiveram” a ideia de formar os policiais locais para amenizar esse tipo de violência. “Porque antes quando a gente dava só o

conselho não estava conseguindo resolver a situação, estava é piorando cada vez mais.” A iniciativa das comunidades recebeu, posteriormente, uma espécie de chancela através do Programa de Interiorização da Segurança Pública anunciada, em abril de 2013, pelo delegado do 48º Distrito Integrado de Polícia de Maués. O citado programa envolveu a nomeação de 25 indígenas Sateré-Mawé como “agentes voluntários de polícia”, com fornecimento de fardamento e carteira de identificação. Tais agentes indígenas deveriam ser escolhidos em assembleia por moradores das respectivas comunidades, sendo encarregados de desenvolver trabalhos de fiscalização, orientação e prevenção da criminalidade no interior da terra indígena Andirá-Marau.



A iniciativa, no entanto, foi contestada por ferir o art. 6º da Convenção 169 da OIT, exigindo-se providências imediatas da Funai e do MPF pela violação dos direitos indígenas, dado que a nomeação desses agentes voluntários para a “linha de frente” do “comando de força” policial de Maués teria sido efetuada de forma autoritária, não sendo consultadas as lideranças, as organizações indígenas ou a Secretaria de Estado dos povos indígenas.

Para finalizar este relatório, vimos sumariar as principais constatações que despontaram no correr da exposição e sugerir alguns encaminhamentos que podem orientar, na perspectiva da antropologia, a atuação do MPF. Nesse sentido, os pontos mais importantes que se pode coligir da análise procedida, são os seguintes:

O quadro de violência interna que assola parte das comunidades tikuna no Alto Solimões é gravíssimo;

Esse quadro de violência tende a se manifestar especialmente nas maiores comunidades indígenas, onde um contingente populacional atípico por sua magnitude e heterogenidade tende a reduzir drasticamente a efetividade do mecanismo tradicional de controle social;

O padrão do consumo de bebidas alcoólicas observado nas atuais comunidades tikuna guarda visíveis semelhanças – inclusive no que diz respeito à concomitante eclosão de episódios de violência – com a prática costumeira da utilização de bebidas fermentadas documentada na literatura histórica e etnográfica sobre essa sociedade indígena;

É inegável, porém, que a alcoolização entre os atuais Tikuna tem sido açulada por diversos fatores ligados ao contato interétnico além de envolver, numa amplitude aparentemente inédita, jovens e adolescentes;

Observa-se ainda que os Tikuna tenham sido enredados pontualmente pelas atividades relacionadas ao narcotráfico na região, acentuando-se no período recente, segundo percepção dos atores locais, o consumo de drogas no interior das comunidades indígenas, com manifestos prejuízos para a socialidade familiar e social;

A instituição de uma polícia indígena própria pelos Tikuna representou uma tentativa de controlar ou abrandar o quadro de violência interna vigente nas maiores comunidades indígenas da região, praticamente abandonadas no que diz respeito à presença e atuação das forças policiais constituídas pelo Estado;

As atividades de policiamento indígena levadas a cabo no período 2009-2011, de modo geral, tiveram reações divergentes entre os múltiplos integrantes das comunidades indígenas, restando indeterminada, concretamente, a forma de sua concatenação sociológica como funcionamento da liderança política contemporânea entre os Tikuna;

Releva observar que a contenção de “bebedeiras e brigas” no âmbito interno parece ter integrado as atribuições do cargo de capitães/caciques desde que estes passaram a responder de forma corrente pela liderança das comunidades tikuna, na segunda metade do século XX;

No período em que se manteve operativa, a polícia tikuna teve uma atuação híbrida: ao mesmo

tempo em que introduziu práticas não utilizadas comumente no controle social indígena (a exemplo do encarceramento), apropriou-se de mecanismos consagrados culturalmente para a correção de desvios e comportamentos reprovados pela coletividade (a exemplo do aconselhamento);

Do exposto, o relatório sugere os seguintes encaminhamentos em relação à problemática em causa:

Como forma de colaborar na concretização e dobramento das medidas requeridas na ACP acima mencionada, sugerimos que seja demandada a criação de Conselhos Comunitários Indígenas de Segurança Pública sediados nas comunidades indígenas Umariçu, Filadélfia, Belém do Solimões, Feijoal, Nova Itália, Campo Alegre, Vendaval e Betânia (incluindo, por junções etnopolíticas, a comunidade São José, formada pelos Kokama). Tais comunidades foram aquelas que sediaram as “companhias” da Piasol, constituindo as aldeias indígenas mais populosas do Alto Solimões e onde, quase por extensão, os problemas de segurança pública se manifestam com maior intensidade.

Por certo, não se pode negar o imenso auxílio que poderia prestar tal Agente de Segurança Indígena ao mister das polícias constituídas, qualificando as demandas e intermediando os contatos entre policiais e membros das comunidades indígenas. Como visto antes, a fim de viabilizar uma atuação policial conscienciosa nas terras indígenas do Alto Solimões, a própria inicial da ACP911-22.2015.4.01.3201 postula a utilidade da “participação de colaboradores indígenas, escolhidos pela própria comunidade, que possibilitarão que eventuais barreiras linguísticas e culturais sejam superadas”. (Supra: 111).



# Defesa Tribal

Caso se considere possível o atendimento à demanda tikuna(“ é melhor que os índios sejam responsáveis pela segurança dos índios, porque conhecem o próprio índio e a sua realidade”; poder-se-ia cogitar o aproveitamento e adaptação da proposta formulada por Badenes Junior (2012: 60-61), membro da IPA Brasil, concernente ao estabelecimento de “unidades de Polícia Tribal” em terras indígenas dentro da filosofia do trabalho do policiamento comunitário, com o objetivo de manter a segurança pública locais. Entre outras atribuições concebidas pelo autor, essas unidades seriam encarregadas da “atividade básica de policiamento, com o objetivo de manter a segurança pública locais. Entre outras atribuições concebidas pelo autor, essas unidades seriam encarregadas da “atividade básica de policiamento, com o objetivo de manter a segurança pública local (ex: ações de prevenção e apuração de delitos contra a pessoa, patrimônio coletivo e privado e vigilância e proteção das terras indígenas )” e pela “ coleta e difusão de dados oriundos das atividades supracitadas” .

No que tange a presença dos Tikuna nos territórios vizinhos da Colômbia e do Peru, que induz a partilha de uma realidade fronteiriça comum (mormente, hoje, pela ingerência do narcotráfico), valeria promover o estreitamento das relações entre as respectivas comunidades e organizações indígenas, além dos correspondentes órgãos indigenistas, organismos policiais e mistérios públicos, visando a troca de informações para a formulação de políticas integradas de combate ao crime na região do alto rio Solimões/Amazonas e a troca de experiências relativa à operacionalização da jurisdição especial indígena. Tal articulação transfronteiriça poderia concorrer para a definição de iniciativas comuns objetivando a promoção da segurança comunitária e uma mínima congruência na articulação entre os sistemas nacionais para o exercício da jurisdição e do poder de polícia nas terras indígenas ocupadas pelos Tikuna no território dos três países.” (grifos nossos)

Em considerações finais, como dizem, uma foto vale mais do que mil palavras, assim, deixamos o leitor à vontade para as suas próprias reflexões, as quais poderão ser embasadas pelo conteúdo das informações contidas nos textos anexos, bem como pelas fotografias de nossa expedição.

Por fim, para os que apreciaram o tema, a IPA Brasil pretende proporcionar uma sequência na matéria, pois se encontra em estudo o desenvolvimento do 1º FÓRUM NACIONAL DE CACIQUES (FONAC) - DEFESA TRIBAL DA REGIÃO AMAZÔNICA, a ser realizado na capital do País, Brasília, contando com a participação de lideranças Indígenas de renome internacional, especialistas em Policiamento Tribal, personalidades do Meio Acadêmico e Autoridades Governamentais, comprometidas com esse importante tema.





# AS ARMAS NO BRASIL

*Se o cordeiro andasse armado, o lobo morreria de fome.  
Quem desarma o cordeiro, privilegia o lobo.*

Discutir Segurança Pública em um país com quase 60 mil homicídios por ano - dados relacionados ao ano de 2014 e considerado um dos maiores índices do mundo para países que não estão em conflitos armados - é de extrema importância e, acredito, estamos no momento certo para realizar tal discussão.

É a melhor oportunidade para rediscutir as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições no país; e retomar a luta pelo restabelecimento do direito pleno à legítima defesa e exercício, pelo cidadão de bem, de sua responsabilidade perante a segurança pública, conforme prescreve o art. 144 da Constituição Federal.

Antes, julgo ser preciso tecer algumas considerações em relação à magnitude do problema - posse e uso de armas - em relação às dimensões e características conjunturais do país.

O Brasil é um país de oito (8) milhões e meio de km<sup>2</sup>, permeado por 5570 municípios - dentre os quais se encontram algumas megalópoles com imensos problemas sociais, especialmente a criminalidade e violência - e outros pequenos povoados, atualmente não imunes à ação dos criminosos de toda espécie, organizados ou não.

Entre os imensos vazios populacionais, mal cobertos pela infraestrutura necessária ao desenvolvimento e à segurança, estão cinco (5) milhões e duzentos mil km<sup>2</sup> de florestas, os quais também precisam de proteção. Avalio que a melhor salvaguarda desse patrimônio, em particular, é realizada pelo cidadão que nele habita, põe a vida em risco e desenvolve suas atividades sociais e econômicas.

Em muitos, muitos mesmos, rincões desse gigante adormecido chamado Brasil, o cidadão só tem para

# Armas no Brasil

defendê-lo o Senhor seu Deus e ele próprio. Em geral com as mãos, no máximo facões, pois arma de fogo ele não consegue comprar.

Lembro que o território brasileiro faz fronteira com os três países onde são produzidas as maiores quantidades de cocaína do planeta e disputa com os EUA a liderança em consumo dessa droga. Quadro esse agravado pela epidemia de crack que assola as cidades.



Bom acrescentar que as fronteiras terrestres brasileiras, por onde passam as drogas e as armas que realmente desequilibram a segurança pública, além de imigrantes ilegais, contrabando e corrupção, somam 16145 km. A costa atlântica nacional, onde ocorrem os mesmos fenômenos sociais assinalados, acrescentam mais 7637 km aos problemas.

Para a proteção dos cerca de 200 milhões de pessoas, concentradas principalmente nas cidades – 84% –, o país conta com mais ou menos 500 mil policiais militares e na ordem de 70 mil policiais civis estaduais e rodoviários federais (importante lembrar que são 70 mil Km de rodovias federais). O Departamento de Polícia Federal tem menos de 20 mil policiais. Complementarmente à segurança pública, atuam 450 mil vigilantes privados, com carteira assinada, em um universo de 1 milhão e oitocentos cadastrados.



Ainda, com previsão de atuação em casos episódicos de quebra da ordem pública ou ameaça grave à segurança coletiva, existem cerca de 250 mil militares das três Forças Armadas, incluídos os recrutas anualmente incorporados.

Os números devem ter chamado a atenção desta distinta plateia pela exiguidade, pela discrepância entre as dimensões continentais do Brasil, e o de profissionais que devem dar conta da segurança coletiva. Estes efetivos estão aquém dos preconizados pela ONU. A Argentina tem proporcionalidade melhor para apresentar. Saliento que os números citados são imprecisos, resultantes de pesquisa do autor, pois as fontes oficiais deixam a desejar, mas guardam relação de coerência.

A questão não termina nesse ponto.

O país tem a quarta maior população carcerária do mundo. São 581 mil presos amontoados em 368 mil vagas. Existem presídios em que estão recolhidos 120 detentos em 24 m<sup>2</sup>. Nessas masmorras, falta desde todo tipo de trabalho de ressocialização e até água. Não estão computados aqui os evadidos, aqueles em progressão de regime e egressos do sistema prisional, muitos ex-detentos que retornaram ao crime e ainda não foram assinalados.

O índice de reincidência criminal no Brasil ronda a casa dos 75%. A revista Veja revelou em pesquisa que, de cada quatro criminosos reincidentes, três cometeram crimes mais graves para cada retorno à cadeia. As prisões brasileiras são faculdades do crime. Verdadeiras fábricas de monstros, como ressalta a revista.



# Armas no Brasil

Parece lógico e claro que é preciso solicitar, ou mesmo rogar ao cidadão comum, que, além da carga elevada em impostos que paga, contribua com mais um esforço, desta vez em proveito da segurança pública. Mas ele não pode colaborar se não puder garantir a própria segurança.

É disso que trata - em minha avaliação e na de 65% dos eleitores que votaram a favor da manutenção da posse, uso e comercialização de armas de fogo no Referendo realizado em novembro de 2005 - a questão: o direito à defesa com o meio compatível com a ameaça ou ataque sofrido.

Para que se possa reduzir a insegurança pública, é preciso que se tenha a visão correta a respeito do que é preciso fazer. O debate não pode ser emocional, ideológico ou parcial, fugindo da racionalidade e da lógica quando o assunto é a segurança individual e coletiva.

Segurança Pública e legítima defesa são Direitos dos cidadãos.

A Lei n. 10826 (denominada Estatuto do Desarmamento), na prática e por meio das medidas administrativas implementadas por aqueles que zelam por sua execução - administradores do processo -, retirou do cidadão de bem o acesso às armas de fogo e não resolveu o problema.

Armas de fogo são instrumentos civilizados de uso da força, inclusive pelo Estado. Claro que tem uso dual, servindo para o bem e para o mal, em rima bastante pobre, mas suficientemente esclarecedora, para exercer o direito inalienável de não ser abatido como cordeiro, por criminosos que dominam ruas e logradouros das cidades brasileiras e mesmo os imensos vazios cortados por estradas em precárias condições de segurança.

Desde 2003 e início de 2004 até 2012, vigência da Lei n. 10826, segundo o Mapa da Violência, um dos índices mais confiáveis no país, os homicídios saltaram de 51043 para 56337/ano. Esses números mostram curva ascendente, com redução apenas nos anos de 2005 e 2007. Porém, sem que se possa afirmar que o fator determinante desse fato, nesses dois anos, tenha sido consequência do desarmamento civil. Políticas amplas e integradas, melhoria nas ações policiais, entre outras medidas levadas a cabo, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, foram responsáveis por reduções em torno de 5%.

Importante entender que armas de fogo não são a causa das mortes. Armas são ferramentas, meios. Pessoas matam. Qualquer instrumento pode ser convertido em arma por mente doentia com objetivo pré-determinado de delinquir. Mesmo pessoa comum, quando manusear com imperícia, imprudência ou negligência, qualquer instrumento, pode causar dano a outrem.



Pessoas matam, ferem, estupram, roubam, agredem!

É necessário que se verifique que 85% dos crimes acontecidos no país e registrados (sim, existem subnotificações, crimes não contabilizados), segundo fontes policiais, tem algum tipo de relação com uso/abuso ou comércio de drogas. Crescem assustadoramente os delitos violentos praticados pelos “di menor”, como o que vitimou o médico cardiologista Jaime Gold, na Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro. E foi utilizada uma faca.

Será que um cidadão armado, devidamente habilitado, não poderia ter evitado o mal maior, caso estivesse próximo de si uma arma?

Caso o Ten Cel executado em Brasília, em emboscada, estivesse armado e reagido, o fim teria sido o mesmo?

Qual a diferença, quanto ao impacto social sobre a sociedade, quando um cidadão de bem, como o médico no Rio de Janeiro, que salvou e poderia continuar salvando vidas como cardiologista, é batido e quando um delincente cai em confronto com a polícia ou um cidadão de bem, em legítima defesa? Para sociedade responder.

Cidadãos de bem, armados, complementam a segurança pública.

# Armas no Brasil

Menores que incidem em crimes violentos em áreas próximas de comunidades dominadas pelo narcovarejo (como as de São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte), muitas vezes estão cumprindo missão dos chefes das facções criminosas como parte do processo para ingresso no grupo. É a prova de admissão e acolhimento em grupo social diferenciado.



Importante registrar que os latrocínios, perpetrados com facas e outros instrumentos perfurocortantes, só no Rio de Janeiro, atingiram, neste ano, o percentual de 10% do total registrado, segundo divulgado pela Secretaria de Segurança do Estado.

E a causa são as armas de fogo nas mãos dos cidadãos?

Crimes têm causas! Todo policial sabe disso. Não se deve confundir causas com efeitos.

O governo, que não tem políticas públicas integradas e bem dimensionadas para reduzir a criminalidade e a violência, persiste no objetivo de desarmar o cidadão.

O que desequilibra a balança são os fuzis, as metralhadoras “capazes de derrubar helicópteros”, como repórteres mal informados repetem à exaustão, não o “revolverzinho” do cidadão ou do atirador esportivo.

Em minha visão, para o enfrentamento da violência, estão faltando: o fortalecimento da família; as alternativas oferecidas pelo Estado para evitar o recrutamento executado pelas organizações criminosas e facções que dominam os presídios, tanto de menores de idade quanto de presos que são compulsados a engrossar fileiras, até como medida de sobrevivência em ambiente hostil das prisões; melhorias nos índices de resolução de crimes pelas polícias nacionais, atualmente em torno de 8%; o enfrentamento transparente e objetivo da questão das drogas; o combate permanente ao tráfico transfronteiriço de armas; e mais outras políticas melhores que o desarmamento civil.

É preciso lembrar que entre esse número assustador de homicídios cometidos no país, em 2014 beirando os 60 mil, estão as chacinas, os confrontos entre policiais e traficantes e outros membros do espectro criminoso dito organizado.

O fato é que a questão virou catástrofe, com índices de fazer corar países em guerra. Situação presentemente acrescida de pessoas da sociedade que começam a admitir e a praticar a Justiça com as próprias mãos, por impulso e uso de meios ilegais.

Geralmente, quando a anomia ocorre, o significado é a falência do Estado de Direito e a total quebra do contrato social cidadão – governo eleito. Não há vácuo de poder. Quando a vacância do poder (eleito) acontece, o poder de fato se impõe.

Como não entender que a sociedade quer é segurança e não está muito a fim de esperar providências de onde se percebe que estas não vêm mesmo?

A situação é complexa, mas fácil de verificar porque se chegou a tal descalabro.

Dessa forma, a discussão do porte de armas com responsabilidade pelo cidadão, da ampliação da rede do SINARM, aproximando a da sociedade; da flexibilização da aquisição de um instrumento de defesa pessoal, da família e de seus bens, com responsabilidade e controle ainda nas mãos dos agentes do Estado; da possibilidade de uma nova anistia para pessoas que não conseguiram recadastrar suas armas e estão em situação de crime; da facilitação maior para agentes do Estado, ligados à segurança pública, para acesso aos meios adequados para cumprirem suas missões e para o porte de armas se faz muito importante. Mas não só isso.

Importante que o Congresso aprove Lei que torne mais claros os dispositivos previstos para o controle do



# Armas no Brasil

processo de aquisição de meios de legítima defesa, evitando a extensão adquirida pela discricionariedade do administrador na lei anterior em detrimento, muitas vezes, da segurança e dos direitos do administrado.

Enfim, deve ocorrer uma revisão oportuna e adequada para um Estatuto que falhou diante de um novo cenário de criminalidade e de violência. Fenômeno este que não é exatamente nacional, mas que aqui encontrou campo fértil para seus efeitos danosos.

Avalio que o país ainda não entendeu bem o que está acontecendo em relação à violência em suas velhas e novas manifestações.

Quem se dedica ao estudo do problema sabe que uma pessoa atenta e armada pode evitar crimes comuns, na maioria das vezes bastando a presença do instrumento que lhe garanta a possibilidade de ação eficaz.

Mais armas não significam mais crimes. Se assim fosse, as populações de países como França, Suécia, Suíça, Finlândia e EUA já teriam sido ceifadas por genocídios.

Como represento uma federação de tiro, não posso deixar de salientar que o atirador desportivo também espera com sofreguidão melhores condições para a prática desse esporte que trouxe a primeira medalha olímpica de ouro para o Brasil, nas Olimpíadas de Antuérpia em 1920, com o então Tenente do Exército Guilherme Paraense e sua equipe.

Nós, atiradores desportivos, peritos no uso desse instrumento - que, também, é um meio de defesa - somos rigidamente controlados em todos os nossos processos de aquisição, transporte, prática desportiva em competições e treinamentos e descarte de armas e munições pelo Exército Brasileiro. Somos submetidos às vistorias periódicas e eventuais nos acervos, os quais precisam ser mantidos sob severas normas de segurança e, também, a testes psicológicos, igualmente periódicos. Além, é claro, do pagamento das inevitáveis taxas que sustentam o Estado brasileiro.

Apesar disso, juntamente com os caçadores e colecionadores, somos apontados como violentos, armamentistas, fornecedores de armas e de munições para bandidos. Instados a apresentar provas, nossos detratores apontam foras da lei que assim procedem, que nunca pertenceram ao seletivo, pequeno e bem vigiado grupo de desportistas.

Convém salientar que é sabido que tanto o EB como o DPF, não tiveram o acréscimo de verbas e outros recursos para dar cabal atendimento aos ditames do Estatuto em vigor. Estas instituições fazem o que podem com os escassos recursos disponíveis.

Portanto, a revisão é oportuna e o momento parece adequado.

Afinal, morrem os pagadores de impostos, obrigatoriamente tutelados pelo estado que não mostra condições de prover a segurança republicana e democrática, com a lei n. 10826, e não permite que o cidadão de bem acesse um meio adequado de defesa.

Condições democráticas e republicanas porque a criminalidade e a violência acabam por atingir mais aos mais carentes.

Sim, porque quem dispõe de recursos usa carro blindado, contrata seguranças privados (em geral policiais fazendo bico diante dos parques vencimentos), às vezes detém essas possibilidades em decorrência de cargo público, mora em fortalezas eletrônicas e fisicamente bem cercadas e passa férias no exterior em países onde a segurança é muito superior à brasileira e com muito mais armas em circulação. Não estou falando só de Miami.

Que fique suficientemente claro que não somos - Atiradores Desportivos, Caçadores e Colecionadores - e eu, especialmente, a favor da disseminação aberta e sem critérios de armas a qualquer pessoa. Apenas para aqueles que sejam capazes de cumprir as leis e exercer sua cidadania.

Não à barbárie, sempre!

"Embora a violência defensiva sempre poderá ser 'uma triste necessidade' aos olhos dos homens de princípio, seria ainda mais lamentável se malfeitores dominassem os homens justos" (Santo Agostinho 354-430).



**Marco Antônio dos Santos, brasileiro, natural de São Paulo, 62 anos, professor da Faculdade IDC, em Porto Alegre, ministrando Inteligência para Operações Especiais Policiais, no curso de pós-graduação em Operações Policiais Especiais. Co-autor do livro "A atividade de Inteligência para a segurança no Século XXI".**

# O Brasil – Pacote anticrime



O ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, na atual gestão do governo brasileiro e empossado em 1º de janeiro de 2019, Sérgio Fernando Moro, em evento com a presença de governadores de 12 Estados brasileiros e representantes dos demais - em razão que os governos estaduais possuem algumas das principais responsabilidades na área de segurança pública nacional, como a manutenção das polícias civil e militar, e da maioria dos presídios nacionais - apresentou, na data de 04 de fevereiro do corrente ano, um pacote de leis anticrime com o objetivo de endurecer o combate à corrupção, ao crime organizado e a crimes violentos.



Ao apresentar a proposta o ministro disse que: “É um projeto simples e com impacto para enfrentar estes três problemas”, e concluiu: “A sociedade tem de ter pre-

sente que o governo pode ser um ator; não tem condições de resolver todos os problemas, mas pode liderar um processo de mudanças”.



## PRINCIPAIS MUDANÇAS SUGERIDAS PELO “PACOTE”:

### 1. Prisão após a segunda instância

A Constituição brasileira estabelece que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença", ou seja, depois de esgotadas todas as instâncias da Justiça. No entanto, desde 2016, o Supremo Tribunal Federal entende que é possível, sim, o início da pena depois da condenação pela 2ª Instância da Justiça.

O projeto propõe uma série de alterações no Código de Processo Penal, na Lei de Execução Penal e no Código Penal para garantir o início do cumprimento de pena logo depois da condenação em 2ª Instância, que passaria a ser a norma - embora possa haver exceções.

### 2. Mais efetividade para o tribunal do Júri

No Brasil, o Tribunal do Júri só é convocado para casos de crimes dolosos contra a vida - quando há a intenção de matar. A proposta do Projeto altera o Código Penal para garantir que as decisões tomadas neste tipo de julgamento sejam cumpridas imediatamente - eventuais recursos que o réu possa apresentar não interromperão o processo.

### 3. Mudanças no "excludente de ilicitude"

A lei atual já isenta de culpa o policial que age "usando moderadamente os meios necessários" para defender-se de "agressão, atual ou iminente", a si ou a outra pessoa.



O projeto faz uma pequena alteração na redação deste parágrafo do Código Penal, para aumentar o número de hipóteses que se enquadram dentro da categoria de legítima defesa. Passará a ser isento de culpa o policial que "previne" a agressão a si ou a outros, ou que "previne agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém".

O juiz também poderá "reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la" ao policial se "o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

### 4. Regime fechado para corrupção

Atualmente a legislação define que pessoas condenadas a penas menores que oito anos não vão para a cadeia. Isto é, só cumpre pena em regime fechado os condenados cujas penas sejam maiores que isto.

A proposta do projeto altera este ponto e passa a prever que os condenados pelo crime de peculato (quando um servidor público se apropria de algo indevidamente) e de corrupção passiva e ativa comecem a cumprir pena em regime fechado - "salvo se de pequeno valor a coisa apropriada ou a vantagem indevida".



Neste ponto do projeto, intitulado "Medidas para endurecer o cumprimento das penas", este propõe regras mais duras para a progressão de regime (do fechado para o semiaberto, por exemplo) dos presos por crimes hediondos, sendo que a progressão de regime ficará também subordinada ao mérito do condenado e à constatação de condições pessoais que façam presumir que ele não voltará a delinquir.

### 5. Organizações criminosas

Na atual legislação, integrantes de organizações criminosas não precisam ir necessariamente para presídios de segurança máxima. Pela proposta do pacote. Essas pessoas, quando presas com armas, terão necessariamente de começar a cumprir penas em unidades deste tipo, e, igualmente os condenados por este crime também não terão direito à progressão de regime, e os líderes das facções poderão passar até três anos em presídios federais (este limite atualmente é de um ano).

### 6. Confisco de bens de criminosos

A Lei atual determina que pessoas condenadas só possam ter seus bens confiscados se ficar provado que estes têm relação com o crime cometido.

Pela proposta do pacote, os crimes punidos com mais de seis anos de prisão já possibilitarão o confisco dos bens do criminoso, desde que estes sejam maiores do que os que seriam compatíveis com a renda lícita da pessoa. No caso de obras de arte ou outros que tenham valor cultural, poderão ser perdidos para museus públicos, além que

os órgãos de segurança também poderão usar os bens apreendidos, como veículos, equipamentos, e outros, em seu trabalho.

## 7. Banco de dados: DNA, íris, face e voz

Hoje, condenados por alguns tipos de crimes - como estupro - têm amostras do seu DNA coletadas e guardadas num banco de dados, até que ocorra o prazo de prescrição.



Na proposta do pacote, todos os autores de crimes dolosos (quando há a intenção de cometer o crime) terão o DNA coletado. Além disso, a lei autoriza o Ministério da Justiça a criar o Banco Nacional Multibiométrico, que armazenará informações de impressões digitais e, também, de íris, face e voz.

## 8. Caixa 2 poderá ser crime

A prática de Caixa 2, ato quando o candidato ou partido recebe doações de campanha e não informa à Justiça Eleitoral, é considerada falsidade ideológica eleitoral e este ato é julgado por pela Justiça Eleitoral. Porém, suas penas são mais brandas.

O pacote anticrime do governo cria o crime de Caixa 2 no Código Penal, com a mesma definição da atual, mas a pena fica mais elevada (com dois a cinco anos de reclusão).

## 9. "Plea bargain", ou solução negociada

O projeto introduz uma figura que ainda não existe no direito brasileiro: o acordo (mediante confissão) com o Ministério Público. Nos Estados Unidos, este instrumento é chamado de "plea bargain".

Nesta modalidade, o réu confessa sua culpa diante da acusação e o Ministério Público não chega a apresentar denúncia, o que evita um novo processo judicial. Em troca da confissão, o Ministério Público pode negociar benefícios na hora de cumprir a pena.

O projeto estabelece uma série de condições para início de negociação e este acordo só vale para quem comete crimes não violentos, com pena máxima menor que quatro anos.

## 10. "Denunciante do bem", ou delator

O projeto cria a figura do "denunciante de bem" ou "whistleblower" (palavra inglesa para delator ou vazador), voltada para a pessoa que não está envolvida no crime do qual tem conhecimento.

Além de assegurar a proteção a esta pessoa, o informante também pode receber recompensa de até 5% do valor arrecadado, caso as informações dele resultem na recuperação de dinheiro desviado.

O pacote legislativo, com 34 páginas, propõe 19 alterações em trechos de 14 leis diferentes, editadas entre os anos de 1940 e 2018, foi apresentado ao Congresso Nacional para votação.



Em reação ao pacote, alguns juristas e advogados criminalistas fazem críticas a pontos da proposta apresentada pelo governo, entre eles, o início do cumprimento da pena em regime fechado, na cadeia, para alguns tipos de crimes com penas menores que oito anos; as mudanças na definição das organizações criminosas; e a ausência de medidas mais efetivas para reorganizar o sistema prisional. Por outro

# Pacote Anticrime

lado, a proposta foi bem recebida por associações de profissionais que atuam na área, como os juizes, procuradores e policiais federais.



Para a International Police Association Brasil Section – IPA Brasil, na voz de seu presidente Dr. Joel Zarpellon Mazo, Delegado de Polícia Federal, aposentado após 36 anos de serviços policiais: “O Projeto do governo, apesar das críticas de alguns juristas e advogados, tem que ser visto como uma ação de gestão inédita no contexto governamental diante desta problemática nacional. Pois, neste, vejo finalmente um norte para busca de solução na questão e um alento a população brasileira que vem exigindo ações desta estirpe há um belo tempo. São propostas coerentes direcionadas a endurecer as ações contra o crime organizado, corrupção e a violência que ora ainda assola o País. Além de dar efetividade ao processo penal e a instrumentos de resolução de crimes e acabar com a impunidade. É lógico que devemos compreender que o projeto não poderá ser considerado em 100% diante do temas abordados, muitos que ainda se manifestam em foro polêmico, mas não se pode relegar que é um importante primeiro passo que virá sendo lapidado com o tempo. Porém, tenho em minha opinião, que de fato este pacote vem de certa forma “lavar a alma” de um momento triste ocorrido quando do pacote das “Dez Medidas Contra a

Corrupção”, apresentado por meio de um projeto de lei de iniciativa popular e desfigurado pelo Congresso em 2016”.

## O AUTOR DO PACOTE ANTICRIME



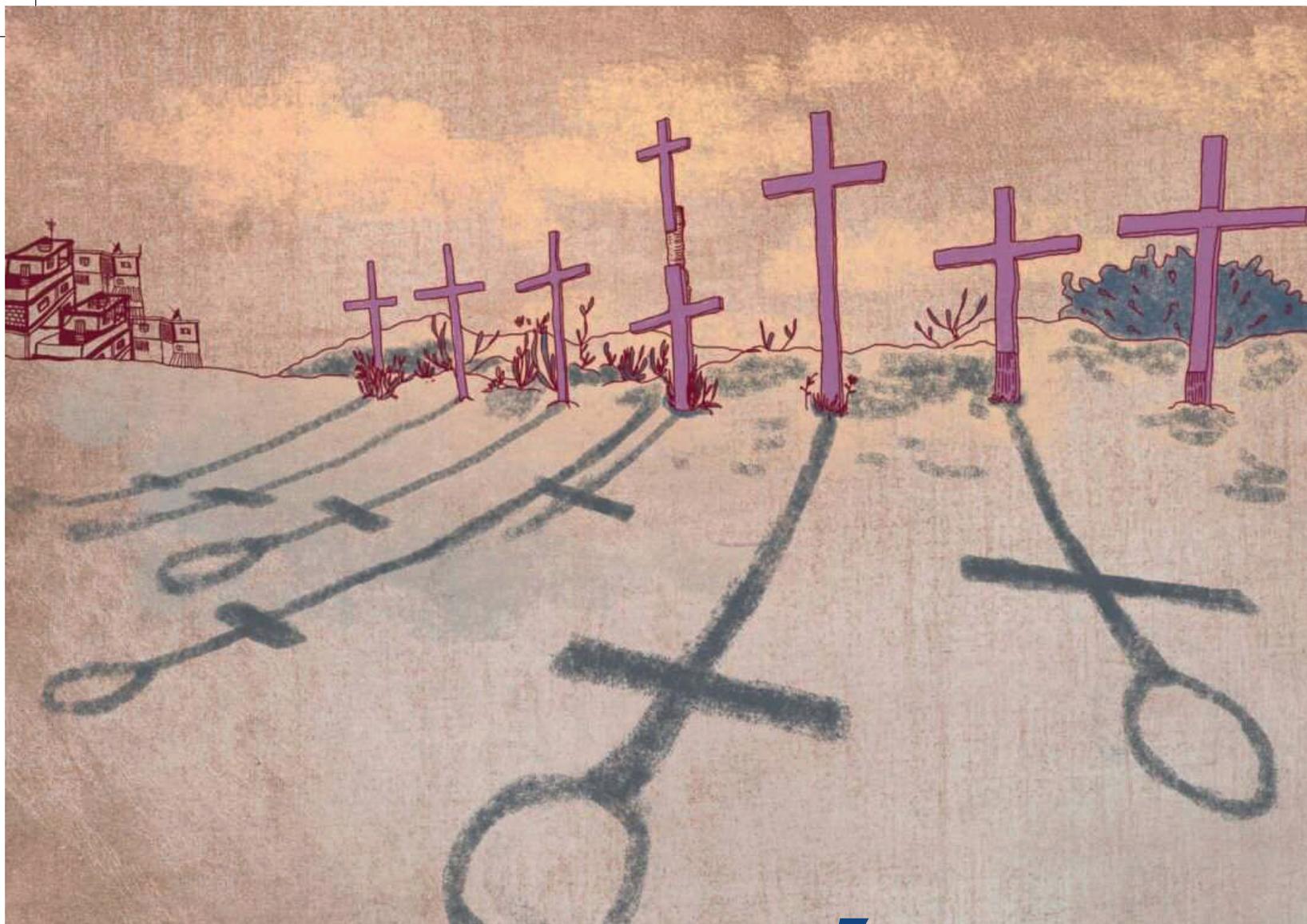
**Sergio Fernando Moro**, Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil.

Sergio Moro, atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, ex-magistrado, escritor e professor universitário, nasceu na cidade de Maringá/ Paraná em 1º de agosto de 1972. Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi juiz federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, atuando em diversos processos criminais envolvendo crimes financeiros contra a Administração Pública, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, tendo diante desses, destacado o processo conhecido como “Operação Lava-Jato”. Em que culminou com a prisão do ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Atuou como juiz instrutor no STF em 2012 e cursou o Program of Instruction for Lawyers na Harvard Law School (EUA). Escreveu inúmeros livros e artigos especializados na área jurídica. Condecorado com o título de Doutor em Direito honoris causa pela Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos.

Um passo foi dado. Aliás, um belo passo ao rumo do Brasil que desejamos.

“Servo Per Amikeco”(Serviço Através da Amizade).  
DCS/ IPA Brasil





# FEMINICÍDIO NO BRASIL

*Por que homens matam mulheres?*

Todos os dias, 12 mulheres são vítimas do feminicídio no Brasil. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), só em janeiro de 2019, o número de morte de mulheres devido ao gênero bateu o recorde nos registros históricos dos últimos quatro anos, no mesmo período. De acordo com os dados publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior no mundo, precedido por El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Os índices se mostram mais assustadores quando revelam que, no ano de 2016, a cada duas horas uma mulher foi assassinada no país.



# Feminicídio

O Ministério de Direitos Humanos (MDH) divulgou os dados de levantamento dos registros de ligações recebidas na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, no período de janeiro a julho de 2018. A central, que funciona 24 horas todos os dias, e o serviço de utilidade pública prestado gratuitamente, registraram 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79.661, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e violência psicológica (26.527).

Em relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi detectado que em todo mundo, em países ricos e pobres, em regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, um total de 50 mil mulheres são assassinadas todo ano por companheiros atuais ou passados, pais, irmãos, mulheres, irmãs e outros parentes, devido ao seu papel e a sua condição de ser mulher. O relatório denuncia que a região da África e Américas são as que apresentam maior risco de as mulheres serem assassinadas por companheiros e familiares. Na África, o índice é de 3,1 vítimas a cada 100 mil mulheres. Nas Américas, o número cai para 1,6 vítima. A Oceania acompanha o índice mundial, de 1,3 mulher vítima de feminicídio por conhecidos a cada 100 mil.

- Diante do considerável número, questiona-se: quais são os motivos para que este crime se repita como tanta habitualidade?

## O FEMINICÍDIO E A LEI Nº 13.104/15

O feminicídio apresenta um crime de ódio, no qual a motivação da morte precisa necessariamente estar relacionada ao fato da vítima ser do sexo feminino. No ato criminal é revelada a perseguição e morte intencional de mulheres ou meninas por questão de gênero. Ou seja, quando a mulher é morta pelo simples fato de ser uma mulher.

Trata-se de um crime motivado por repulsa às mulheres, no qual especialistas da área o caracterizam como uma forma de misoginia, correspondendo a formas de agressões físicas e psicológicas, mutilações, abusos sexuais, torturas, perseguições, entre outras violências relacionadas direta ou indiretamente com o gênero feminino.

O feminicídio é classificado em três situações: feminicídio íntimo - quando há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor; feminicídio não íntimo - quando não há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor, mas o crime é caracterizado por haver violência ou abuso sexual; e feminicídio por conexão - quando uma mulher, na tentativa de intervir, é morta por um homem que desejava assassinar outra mulher.

Em 9 de março de 2015, com o escopo de combater os crimes praticados contra pessoas do sexo feminino, foi sancionada a Lei nº 13.104/15 - Lei do Feminicídio - trazendo ao ato criminal a circunstância qualificadora para o crime de homicídio. Alterando o artigo 121 do Código Penal Brasileiro - Decreto Lei nº 2.848/40 - que além de incluir o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, o colocou no rol dos crimes hediondos.

Baseado no Código Penal Brasileiro, os crimes classificados como homicídio qualificado são punidos com reclusão, com variação entre doze a trinta anos. De acordo com o texto da lei do feminicídio, a pena do crime pode ser aumentada em 1/3 (um terço) até a metade caso tenha sido praticado sob condições agravantes, como se verifica:

Aumento de pena

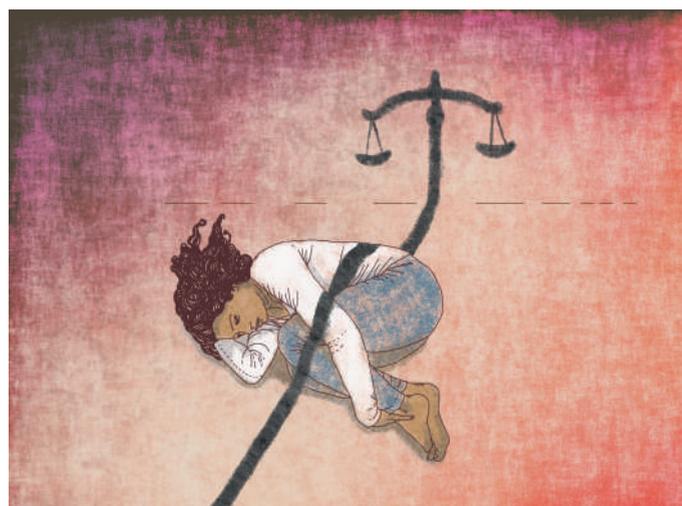
§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (fonte: BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015).

## A PUNIÇÃO ANTES DA LEI DO FEMINICÍDIO



# Feminicídio

Antes do advento da Lei nº 13.104/15, não havia punição para os crimes de homicídios praticados contra mulheres em razão do gênero. Tais crimes eram tipificados como homicídio de uma forma genérica, conforme expõe o artigo 121 do Código Penal.

Importante salientar que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) não amparava o crime de feminicídio por não trazer um rol de crimes em seu texto, o que corroborou para a criação da lei específica trazendo regras processuais instituídas para proteger a mulher vítima.

Ocorre que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio estão intimamente ligadas e corriqueiramente se completam, tanto nos casos em que a Lei Maria da Penha é utilizada para comprovar a prática de um crime de feminicídio, quanto na aplicação de medidas protetivas de urgência nela contidas, visto que as medidas aplicadas visivelmente contribuem para a diminuição direta dos crimes de feminicídio.

Por se tratar de um crime comum, o feminicídio poderá ser cometido por qualquer pessoa. Porém, é comumente praticado por homens. Já a ocupação do polo passivo, ou seja, quem sofre a ação, deve ser necessariamente seguida por pessoa do sexo feminino.

Com o objetivo de exemplificar os sujeitos do crime, descreve-se que poderá trazer como autor do delito uma mulher que mata sua companheira homoafetiva, se a motivação para a prática se der por razão da condição de sexo feminino. O contrário, e que não se caracteriza como feminicídio, seria a hipótese da situação em que um homem mata seu companheiro homoafetivo, neste cenário não haveria a prática do feminicídio pois a vítima não é do sexo feminino.

## COMO E POR QUE AS MULHERES MORREM?



A principal justificativa para a ocorrência repetitiva do crime de feminicídio é a separação, no casamento ou até mesmo em relacionamentos de curta duração. O homem geralmente não aceita o término e por essas razões acaba por cometer o homicídio contra a mulher.

Em um estudo publicado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, fica evidente a frequente incidência do crime de feminicídio:

“Dos 364 casos estudados, 240 tratam de feminicídio praticado em contexto de relação afetiva, isto é, o crime foi cometido por namorados, maridos e amantes. Nesses casos, a principal motivação para o crime foi a separação do casal, que aconteceu no momento do crime ou anteriormente: representa 45% dos casos em que há relação de proximidade ou amorosa. Ciúme, sentimento de posse ou machismo respondem por outros 30% dos casos em que há relação entre agressor e vítima. Outros 17% tratam de discussão, 2% por motivo financeiro e em 6% a motivação não constava na denúncia”.

(fonte: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/raiox-do-feminicidio-em-sp-e-possivel-evitar-morte-mpsp-2018/>)

Quando se trata de violência contra mulheres, corriqueiramente o agressor está dentro de casa. Essa característica se revela em todo o cenário mundial, onde o maior risco de agressão não vem de estranhos, mas sim de conhecidos, frequentemente familiares e maridos.

O feminicídio trás sua origem na desigualdade de gênero entre o homem e a mulher, em sua grande maioria nas situações em que a mulher está em condição de inferioridade e passividade perante o sexo oposto. O crime se mostra como uma resposta intolerante a pessoas do sexo feminino que se atrevem a contrariar ou discordar de seus maridos ou companheiros, por não se submeterem às suas vontades.

Mulheres são diariamente assassinadas por não terem a permissão e o direito de colocar um fim à um relacionamento, por ser violado o seu direito de escolha, de tomada de decisões e seu direito à vida.

## COMO PÔR UM FIM AO FEMINICÍDIO?

Lori Heise, professora titular da London School of Hygiene & Tropical Medicine, onde dirige o Centro de Gênero, Violência e Saúde sustenta que para eliminar a violência de gênero é necessário eliminar a violência contra crianças. Afirma que “uma das coisas que vemos



# Feminicídio

em todo o mundo é que homens que perpetuam violência também foram alvo dela na infância, ou testemunharam violência contra seus pais e, assim, tiveram mais risco de repetir o padrão por ensinamento social”.



A ONU Mulheres Brasil, em parceria com órgãos do governo brasileiro e o Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas (ACNUDH) elaboraram, em conjunto, um documento que objetiva a inclusão da perspectiva de gênero nos processos de investigação e julgamento dos crimes de feminicídio. O documento possui recomendações para a revisão de procedimentos de perícia, polícia, saúde e justiça que envolvam ocorrências de feminicídio.

Também, com o desígnio de combater a violência doméstica e por consequência o feminicídio, o estado de São Paulo, visando evoluir as mentalidades por meio da educação, criou o Projeto Despertar, que tornou-se a Lei estadual nº 16.732/17. O projeto trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência e grupos reflexivos de homens nos casos de violência doméstica contra as mulheres na cidade de São Paulo. A medida é de autoria da vereadora Adriana Ramalho, implantado pela promotora de justiça Gabriela Mansur e será levado à esfera estadual para atingir maiores cenários de proteção, em virtude de apresentar resultados promissores e significativa queda nos índices de reincidência da violência no estado de 65% para 2% em dois anos de atuação.

Visando fortalecer a segurança da mulher vítima de violência, foi lançada, em 23 de setembro de 2013, em Pernambuco, a Patrulha Maria da Penha, originada pelo Programa Justiça para Mulheres. São realizadas visitas, pela Polícia Militar, não só com caráter preventivo, como também ostensivo, a fim de acompanhar mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e fiscalizar o cumprimento de Medidas Protetivas de Urgência por parte do agressor. A patrulha está ativa em demais estados do país, com atuação em ambientes escolares.

Como meio de combate ao feminicídio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elenca seis maneiras:

- • Reforçar a vigilância e rastreamento de violência por parceiros íntimos: trabalho de cooperação entre polícia, médicos e agências, com objetivo de coletar e relatar com mais detalhes a relação vítima-infrator e a motivação para o homicídio;
- • Capacitar e sensibilizar profissionais de saúde: em alguns locais, como nos EUA, estudos têm mostrado que grande parte das mulheres acessa os serviços de saúde (por causas de violência) no ano anterior ao de ser morta pelos parceiros;
- • Capacitar e sensibilizar policiais: junto de entidades de proteção às crianças, a polícia é o principal serviço que pode dar suporte às menores afetadas pelo feminicídio;
- • Aumentar a prevenção e pesquisa de intervenção: segundo a OMS, esta é a melhor maneira de reduzir o feminicídio no mundo, pois intimida a violência de parceiros. Entender como os crimes acontecem torna o trabalho de prevenção mais fácil.
- • Reduzir a posse de armas e fortalecer as leis sobre armas: o risco de morte entre as mulheres vítimas do feminicídio cresce três vezes quando existe uma arma em casa;
- • Reforçar a vigilância, investigação, leis e conscientização de assassinato em nome da "honra": advogados têm relatado sucesso na sensibilização destes crimes por meio da coleta e análise de dados, processos e decisões judiciais, utilizando como referência os direitos humanos internacionais – instrumentos relevantes para a proteção de direitos das mulheres.

Consuma-se que, na visão de especialistas sobre a temática, o combate ao crime de feminicídio, de forma preventiva e ostensiva, deve ser baseada nos investimentos em infraestrutura, criação de políticas públicas e discussão de assuntos voltadas ao gênero em toda a fase escolar.

**Texto redigido e elaborado em fevereiro de 2019, pela Advogada Jéssyca Costa Santos, exclusivamente para o Magazine IPA Brasil.**



The background is a vibrant teal color with a repeating pattern of white paw prints and bones. In the center, a large white dog with orange patches and a blue shirt is smiling. To its left is a smaller yellow puppy with a pink bow. To its right is a smaller tan puppy with a purple flower. Above the white dog is a larger white dog with brown patches and a black nose. In the top left corner, a brown dog with a yellow collar is looking towards the center. The overall style is bright and playful.

ASSISTA O  
NOVO SUCESSO  
DA INTERNET!

# CANINÓPOLIS

 [YOUTUBE/CANINOPOLIS](https://www.youtube.com/caninopolis)

ASSISTA TAMBÉM EM:



now

looke



# O BRASIL NO TRÂNSITO

Segundo levantamento recente do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), em média, 400 mil pessoas são feridas por acidente de trânsito e 47 mil morrem anualmente no Brasil.

Em comparação às ocorrências entre a violência pública e a violência de trânsito, o ONSV concluiu que o Brasil tem uma relação muito próxima entre elas: em 10 minutos morre uma pessoa vítima de violência pública. Ou seja, 6 mortes por hora. Em 12 minutos, uma pessoa morre vítima da violência no trânsito, o que corresponde a 5 mortes a cada hora.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um estudo realizado em 179 países, durante 3 anos, sobre acidentes de trânsito e o Brasil surge em quinto lugar entre os países recordistas em mortes,

precedido por Índia, China, Estados Unidos e Rússia e seguido por Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito.



Em razão desses alarmantes números e com a resolução editada, em maio de 2011, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas que decretou o período de 2011 a 2020 como a “**Década de Ações para a Segurança no Trânsito**”, foi instituído no Brasil a campanha denominada **Movimento Maio Amarelo**, que completou cinco anos. No ano passado, na sua 5ª edição, teve como tema “Nós somos o trânsito”, conscientizando e alertando os condutores e pe-

destres de atitudes que evitam acidentes no trânsito, além de alertar que cada um é responsável por mudar esse cenário adotando novos comportamentos.

A utilização da aplicabilidade das leis que tratam sobre as regras no trânsito é de suma importância para atingir a redução nos acidentes de trânsito. Pois, ao penalizar as infrações cometidas pelos condutores, enfatiza a relevância da criação do Código de Trânsito Brasileiro.



### **PONDERAÇÕES ACERCA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO**

Elaborado para regulamentar a conduta dos indivíduos na utilização das vias públicas, com o advento da frequente utilização de veículos automotores nas cidades, três foram as leis desenvolvidas para tratar sobre as regras de trânsito até a vigência do atual Código.

A primeira Lei, de nº 2.994, válida apenas por 08 meses, surgiu no ano de 1941 e trouxe de forma sucinta o entendimento em relação às normas de trânsito, sendo substituída, no mesmo ano, pela Lei nº 3.651 com permanência de 25 anos, perdendo seu efeito com a Lei nº 5.108, instituída em 1966 e com durabilidade de 31 anos, a maior até então. Todas tratando sobre o funcionamento

das regras no trânsito, além de implementarem posteriormente os Conselhos Regionais de Trânsito (CRTs) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

A novidade veio com a chegada da Lei n° 9.503, instituída em 1997, que entrou em vigor no ano de 1998, promovendo os crimes de trânsito no ordenamento jurídico. O MM. Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins, na palestra “Aspectos criminais do Código Brasileiro de Trânsito” externou sobre o assunto:

*O Novo Código Nacional de Trânsito, que é denominado Código Brasileiro de Trânsito, regula o sistema nacional de trânsito, dita normas gerais de circulação e conduta, trata de pedestres e condutores de veículos não motorizados, da educação para o trânsito, da sinalização, dos veículos, seu registro e licenciamento, da habilitação para a condução de veículos automotores, dispõe sobre as infrações, penalidades, medidas administrativas e processo administrativo, além de inovar, ao criar crimes especificamente de trânsito.*

*(fonte: [http://tjsc25.tjsc.jus.br/academia/arquivos/aspectos\\_criminais\\_transito\\_jorge\\_schaefer.pdf](http://tjsc25.tjsc.jus.br/academia/arquivos/aspectos_criminais_transito_jorge_schaefer.pdf))*

Logo após 21 anos de existência, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) continua revelando atualizações constantes, de forma a exercer influência sobre os costumes de muitos indivíduos e causar críticas, tanto positivas como negativas, quando busca se adequar a atual realidade do tráfego de pessoas e veículos.

No que tange a temática sobre o uso de bebida alcoólica ou outras substâncias psicoativas, há argumentos de todos os gêneros no Brasil e no mundo, tendo em vista que ingestão destas tende a mudar o comportamento e diminuir os reflexos dos motoristas, trazendo, assim, risco para o trânsito.

## **O ÁLCOOL E A EMBRIAGUEZ NO TRÂNSITO**

O álcool, composto orgânico, encontrado em bebidas como o vinho, a cerveja ou até mesmo destilados, é consumido há décadas e ainda que possua grande aceitação e estimulação do uso entre as pessoas, traz consequências gravíssimas ao organismo, já que atua diretamente no sistema nervoso. Pode causar mudanças no comportamento do indivíduo, como inconsciência profunda, perda da sensibilidade ou até mesmo ausência nas reações motoras.



Embora a sanção da Lei n. 11.705/2008, conhecida como Lei Seca, tenha sido criada com a finalidade de estabelecer alcoolemia zero, todos os dias milhares de pessoas ainda perdem suas vidas ou são lesionadas no trânsito das zonas urbanas e rodovias devido aos motoristas dirigirem alcoolizados ou sob o efeito de outras substâncias psicoativas.

O Portal de notícias da Polícia Rodoviária Federal (PRF), nesse sentido, divulgou dados recentemente em seu site sobre as ocorrências no Brasil causadas nas estradas:

*“No decorrer de todo ano de 2018, a PRF registrou um total de 2.401.015 autuações no Brasil. Foram fiscalizadas pela PRF 6,72 milhões de pessoas e 6,88 milhões de veículos. Durante as ações de fiscalização, foram realizados 1.698.357 testes de alcoolemia, sendo flagrados sob efeito de álcool um condutor a cada 47 testes de etilômetro e um condutor foi detido a cada 300 testes de alcoolemia. No total, foram 35.846 autos de infração por dirigir sob efeito de álcool e 5.593 pessoas detidas pelo mesmo motivo”.*

*O tipo de acidente que mais ocorreu em 2018 foi a colisão traseira, que aconteceu quase treze mil vezes e resultou em 537 mortes. Os acidentes do tipo colisão frontal mais uma vez foram os que causaram mais mortes, 1579 em 4579 acidentes. Os 3363 atropelamentos de pedestres resultaram em 880 vítimas mortas. Os acidentes com “saída de pista” ocorreram 11.305 vezes e 641 pessoas morreram.”*

(fonte: <https://www.prf.gov.br/agencia/prf-registra-diminuicao-no-numero-de-acidentes-e-mortes-nas-rodovias-federais-em-2018/>)

A lei revela ao motorista conduzir veículo automotor, estando alcoolizado ou com outras substâncias no sangue, punições bem mais severas do que há anos. Além de sujeitar-se a multa que pode chegar ao valor de R\$ 2.934,70 reais, pode perder o direito de dirigir por um período de 12 meses, podendo ainda ser multado em dobro no caso de reincidência durante esse tempo.

Todavia, mesmo com tolerância zero de álcool no sangue, o Brasil não está entre os países que menos registram acidente de trânsito, como menciona o site O Globo em matéria publicada sobre esse assunto:

*“Isso não significa, contudo, que o Brasil está melhor que estes países na segurança viária. O Reino Unido registrou em 2013 uma das menores taxas de mortes em acidentes no mundo (2,9 mortes por 100 mil habitantes) e a Alemanha não ficou muito longe, com 4,3. Já o Brasil estava neste mesmo ano ao lado de países como Botsuana, Argélia e Namíbia, com 23,4 mortes a cada 100 mil habitantes. Em 2017, este número foi de 15,7, segundo dados preliminares do Ministério da Saúde e do IBGE”.*



Por outro lado, a recusa do motorista durante a hora da fiscalização, não esquivando a sua responsabilidade. O agente de trânsito poderá reconhecer sua infração através de imagens, vídeos ou sinais (previsto na resolução nº 432 do CONTRAN) como sonolência, falta de memória, vermelhidão nos olhos, dificuldade no equilíbrio, odor de álcool no hálito e outros, que

apontam a influência de álcool ou outra substância psicoativa, alterando a sua capacidade psicomotora, mesmo sem a realização do teste do bafômetro, conforme descreve o artigo 165-A do CTB, vigente pela Lei 13.281/2016.

## APLICAÇÃO DOS CRIMES DE TRÂNSITO ATUALMENTE

Há pouco tempo, a aprovação da Lei 13.546/17 (vigente desde abril de 2018) trouxe alterações significativas sobre os “Crimes em espécie de trânsito”, compreendidos taxativamente entre os artigos 302 ao 312 do Código de Trânsito Brasileiro.

Atentando-se isoladamente ao artigo 302, §3º do CTB, que disserta quanto ao homicídio cometido pelo motorista alcoolizado ou sob a influência de substância psicoativa que determine dependência, a pena mínima prevista, que antes era de quatro anos, passou a ser de cinco a oito anos, retirando a possibilidade da fiança ao contraventor, que ao ser preso não terá mais direito a prestar garantia por caução em dinheiro perante a autoridade policial ou judiciária, para defender-se em liberdade.

Outras duas alterações estão destinadas às lesões corporais graves ou gravíssimas, previstas no artigo 303, §2º do CTB, que passaram a ter pena privativa de liberdade de dois a cinco anos. Da mesma forma, o artigo 308, caput do CTB, passou a penalizar o motorista não só na prática de corrida, disputa ou competição automobilística, como também na exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, sendo punido de seis meses a três anos de detenção.

Tornar a lei mais rígida não traz, necessariamente, a eficácia da sua aplicação. Pois, além de contar com a fiscalização dos agentes de trânsito, a conscientização é o principal fator de toda essa demanda, vez que, a cultura e os costumes enraizados no decorrer dos anos influenciam os cidadãos no instante em que decidem ou não ingerir bebida alcoólica ou outra substância antes de dirigir.

No intuito de atender às exigências da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), **foi criado, por meio da Lei 13.614/2018, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans),**



## © Brasil no Trânsito

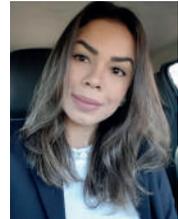
com meta de “ao final do prazo de dez anos, reduzir à metade, no mínimo, o índice nacional de mortos por grupo de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes”. Para Maurício José Alves, diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), o Pnatran é a “ferramenta mais importante que nós temos de combate ao alarmante número de mortes no trânsito e para termos um trânsito mais cidadão”.



Publicada em 12 de janeiro de 2018, esta lei entrou em vigor após sessenta dias de sua publicação, valendo a partir do dia 12 de março de 2018. Se haverá redução nos acidentes de trânsito após a criação do Pnatrans, isso não se pode afirmar. Mas, a mudança pode começar através de pequenos atos, seja do próprio motorista ao repensar se vale a pena colocar em risco vidas ou do governo quando realiza campanhas, na tentativa de demonstrar ao condutor, pedestre, ciclista, que no final somos todos seres humanos e merecemos ter e ser respeitado no trânsito.

Se não houver iniciativa de ninguém, a Organização Mundial da Saúde estimou que 1,9 milhão de pessoas devem morrer no trânsito em 2020 e 2,4 milhões em 2030. O que a Organização das Nações Unidas pretende com a “Década da Ação para a Segurança no Trânsito” é salvar 5 milhões de vidas até 2020.

**\*Texto escrito e elaborado em fevereiro de 2019 pela Bacharel em Direito, Pós Graduada em Direito da Regulação, Rayssa Thainã Alves Leite, para o Magazine IPA Brasil.**





SAÚDE  
GESTÃO  
CIÊNCIA  
PESQUISA  
**ONDE HÁ VIDA, HÁ ENFERMAGEM**  
EMPREENDEDORISMO  
TECNOLOGIA  
LIDERANÇA  
CUIDADO

[www.nursingnowbr.org](http://www.nursingnowbr.org)

Michelle dos Santos  
Técnica em Enfermagem  
Coren DF 001.250.998



## Seja a transformação: mostre para o mundo do que você é capaz

A campanha Nursing Now chega ao Brasil para elevar o status da Enfermagem e valorizar as contribuições dos profissionais e seu papel central na concepção e implementação de políticas de Saúde.

Conte para nós a sua história: faça o pré-cadastro no site [www.nursingnowbr.org](http://www.nursingnowbr.org) e veja sua proposta no *Mapa de Inovações da Enfermagem!* Vamos divulgar o trabalho de profissionais de Enfermagem em projetos, pesquisas, extensões universitárias ou quaisquer iniciativas, profissionais, acadêmicas ou voluntárias, que tenham impacto para a sociedade e para a saúde.

**Faça parte!**

**Nursing** now  
Brasil

 **Cofen**  
Conselho Federal de Enfermagem

 **Coren**  
Conselho Regional de Enfermagem